



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Copel Distribuição S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" – CVM 2680-8

Rua José Izidoro Biazzetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba – PR CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL	2
1. DESTAQUES DO ANO	3
2. A COMPANHIA	4
3. ANÁLISE MACROECONÔMICA	4
4. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	4
5. MERCADO DE ENERGIA	6
6. DESEMPENHO OPERACIONAL	8
7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
8. PERFORMANCE ESG	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
Balanços Patrimoniais	34
Demonstrações de Resultados	36
Demonstrações de Resultados Abrangentes	36
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	37
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	38
Demonstrações do Valor Adicionado	40
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
1. Contexto Operacional	41
2. Base de Preparação	41
3. Políticas Contábeis Materiais	42
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	47
5. Títulos e Valores Mobiliários	48
6. Clientes	48
7. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos	49
8. Ativos de Contrato	51
9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão	51
10. Outros Créditos	52
11. Tributos	52
12. Depósitos Judiciais	56
13. Intangível	56
14. Obrigações Sociais e Trabalhistas	57
15. Fornecedores	57
16. Empréstimos e Financiamentos	57
17. Debêntures	58
18. Benefícios Pós-Emprego	60
19. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	64
20. Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos	64
21. Outras Contas a Pagar	66
22. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	66
23. Patrimônio Líquido	68
24. Receita Operacional Líquida	70
25. Custos e Despesas Operacionais	73
26. Resultado Financeiro	75
27. Instrumentos Financeiros	76
28. Partes Relacionadas	81
29. Compromissos	82
30. Seguros	83
31. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	83
32. Eventos subsequentes	83
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	85
PARECER DO CONSELHO FISCAL	86
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	87
DECLARAÇÃO	96
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	97



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025



MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Prezados clientes, colaboradores e parceiros,

O ano de 2025 marcou um período histórico para a Copel Distribuição, consolidando nossa posição como referência nacional em qualidade, inovação e eficiência no setor elétrico. Com disciplina de gestão e foco no cliente, alcançamos resultados expressivos que reforçam nosso compromisso com a geração de valor sustentável.

Realizamos investimentos sem precedentes na modernização e expansão da nossa rede elétrica, com aportes que se aproximaram de R\$ 3,0 bilhões, um incremento de 34,7% comparado a 2024. Como resultado desse esforço, concluímos com sucesso o maior programa de implantação de rede trifásica do Brasil. Foram construídas 25.062 km de linhas, um marco que elevou significativamente a confiabilidade do nosso sistema e ampliou a capacidade de atendimento aos clientes.

Alcançamos um marco importante com a instalação de mais 2 milhões de medidores inteligentes. Este avanço consolida o nosso projeto com o maior programa nacional de *Smart Grid* – Rede Elétrica Inteligente. Essa iniciativa é fundamental para ampliar nossa eficiência operacional e reduzir perdas. Além disso, proporciona uma experiência diferenciada ao cliente, com maior transparência e agilidade na gestão do consumo de energia.

O EBITDA recorrente totalizou R\$ 2,6 bilhões, apresentando crescimento de 5,4% em relação ao ano anterior, e um Lucro Líquido Recorrente de R\$ 978,4 milhões, evidenciando a robustez da operação e resultados das iniciativas de eficiência. Esses resultados refletem a digitalização de processos, a modernização de subestações e a automação da infraestrutura, que fortalecem a qualidade do serviço prestado.

A Copel Distribuição também avançou em iniciativas de sustentabilidade e inovação, integrando práticas de gestão responsáveis e alinhadas aos princípios ESG. A digitalização da arrecadação via Pix, a fatura digital e o uso intensivo de medidores inteligentes reforçam nosso compromisso com a eficiência e a redução de custos, ao mesmo tempo em que ampliam a conveniência para nossos clientes.

O ano foi marcado ainda por desafios operacionais relacionados aos fenômenos climáticos, com eventos cada vez mais extremos e com efeitos devastadores na infraestrutura elétrica das áreas de atuação da Copel Distribuidora, como o tornado que atingiu o município de Rio Bonito do Iguazu, em novembro de 2025, levando destruição a cerca de 90% da área urbana do município. Este processo demandou esforços urgentes das equipes, que nas primeiras 48 horas, conseguiu religar parte significativa da rede, priorizando serviços essenciais. Em apenas 96 horas, a rede urbana estava 100% reconstruída, com 1.041 unidades consumidoras religadas. O episódio evidenciou a elevada capacidade de resposta da Copel Distribuidora diante de situações críticas, refletindo o comprometimento de suas equipes, a eficiência dos processos operacionais e a prontidão na mobilização de recursos. Mesmo em um cenário de extrema adversidade, a Companhia atuou de forma coordenada e ágil para restabelecer o fornecimento de energia com segurança, reafirmando seu papel essencial para a continuidade dos serviços à população e sua resiliência frente aos desafios impostos pelos eventos climáticos extremos.

Ainda no ano de 2025, foi implementada pelo Grupo Copel uma intensa revisão da cultura para apoiar o momento de transformação, pois entende-se que sua gestão é um tema estruturante e indispensável. Este processo reforça as prioridades que irão levar a organização para o futuro, alinhado com seu planejamento estratégico de longo prazo.

Encerramos 2025 com indicadores de qualidade estruturalmente melhores, reafirmando nossa posição como uma distribuidora moderna, preparada para os desafios da transição energética e comprometida com o desenvolvimento sustentável da área de concessão, iluminando vidas com pura energia.

Marco Antônio Villela de Abreu
Diretor Geral da Copel Distribuição



1. DESTAQUES DO ANO

Copel DIS em números

Em R\$ mil	2025	2024	Δ%
Indicadores contábeis			
Ativo Total	24.647.570	23.567.303	4,6
Caixa e equivalentes de caixa	400.104	1.734.522	(76,9)
Dívida total	9.006.030	7.867.907	14,5
Dívida líquida ajustada	8.605.926	6.133.385	40,3
Receita operacional bruta	28.699.943	25.233.913	13,7
Deduções da receita	(9.497.733)	(8.203.459)	15,8
Receita operacional líquida	19.202.210	17.030.454	12,8
Custos e despesas operacionais	(17.124.301)	(15.048.163)	13,8
Resultado das atividades	2.077.909	1.982.291	4,8
Ebitda ou Lajida	2.790.200	2.574.400	8,4
Resultado financeiro	(785.862)	(525.920)	49,4
IRPJ / CSLL	(219.541)	(322.349)	(31,9)
Lucro operacional	1.292.047	1.456.371	(11,3)
Lucro líquido do exercício	1.072.506	1.134.022	(5,4)
Patrimônio líquido	7.955.689	7.665.584	3,8
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	550.000	415.000	32,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,9	1,1	(18,2)
Liquidez geral (índice)	0,8	0,9	(11,1)
Margem Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida / Receita operacional líquida) (%)	14,5	15,1	(4,0)
Lucro por ação - ações ordinárias	0,19964	0,21109	(5,4)
Valor patrimonial por ação - R\$ (patrimônio líquido / quantidade de ações)	1,5	1,4	7,1
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	113,2	102,6	10,3
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	6,7	8,6	(22,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	5,6	6,7	(16,4)
Participação de capital de terceiros (%)	67,7	67,5	0,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	13,5	14,8	(8,8)

⁽¹⁾ Lucro Líquido/Patrimônio Líquido

Participação no Mercado

	2025	2024
Área de concessão Km	194.336	194.336
Nº de municípios	395	395
Consumidores cativos	5.279.053	5.279.055
Empregados	3.110	3.110
Participação no mercado		
Brasil (2)	6,5%	6,5%
Sul (2)	35,3%	35,2%
Paraná (3)	97,1%	97,4%

(1) Mercado fio de distribuição

(2) Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética

(3) Dado estimado

Prêmios e certificações em 2025

Prêmios / Certificações	Certificador
Conectividade - Rede operativa	UTCAL Summit 2025
Prêmio Aneel de Ouvidoria	Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica



2. A COMPANHIA

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Cope DIS ou Companhia) é uma companhia aberta registrada na categoria “B”, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), com atuação somente no segmento de distribuição de energia elétrica, que opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kV, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

A Companhia opera na distribuição regulada de energia elétrica em 394 municípios do Paraná, dos quais Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente, e Porto União em Santa Catarina. O atendimento alcança 5,3 milhões de unidades consumidoras distribuídas nas classes residencial, industrial, comercial, rural, poder e serviços públicos, iluminação pública e supridas.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07.07.2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros. Cabe ao poder concedente e à Aneel expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

3. ANÁLISE MACROECONÔMICA

O cenário macroeconômico brasileiro em 2025 foi marcado por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 2,25%, acima das expectativas impulsionado por um mercado de trabalho aquecido no primeiro semestre. A desaceleração da atividade econômica projetada para o segundo semestre reflete os efeitos de uma política monetária contracionista com taxa básica de juros mantida em 15%. A inflação encerrou o ano em 4,26%, abaixo do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, beneficiada pela queda de preços de alimentos e bens industriais, embora serviços e preços administrados tenham mantido pressões inflacionárias.

O mercado de trabalho atingiu patamares históricos, com desemprego em 5,2% (menor desde 2012) e 103,2 milhões de pessoas ocupadas. A renda média real cresceu 4,5% em relação a 2024, refletindo a expansão da ocupação. No Paraná, o desempenho foi ainda melhor, com desemprego de 3,5% e PIB estadual crescendo 2,87% (janeiro a setembro), impulsionado pela agropecuária (12,76%), serviços (2,42%) e indústria (0,25%).

Do ponto de vista fiscal, o país enfrentou desafios estruturais com ajustes de despesas para respeitar o novo arcabouço fiscal, mantendo déficit primário controlado. Persistem alertas sobre sustentabilidade da dívida e necessidade de medidas adicionais para estabilizar as contas públicas e reforçar a confiança dos agentes econômicos.

4. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Em 2025, o setor de distribuição de energia elétrica foi impactado por mudanças legislativas e regulatórias ocorridas ao longo do ano, como a lei nº 15.235/2025, sancionada em 8 de outubro, que promoveu significativa ampliação da Tarifa Social de Energia Elétrica, estabelecendo gratuidade total (desconto de 100%) para consumo de até 80 kWh/mês, destinada às famílias enquadradas na Subclasse Residencial Baixa Renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). A lei também concedeu isenção do pagamento das quotas anuais da CDE, a partir de 1º de janeiro de 2026, para famílias com renda per capita superior a meio e igual ou inferior a um salário mínimo, limitada ao consumo de até 120 kWh/mês em uma única unidade consumidora.

No âmbito da ANEEL, a regulamentação da Lei nº 15.235/2025 no tocante à tarifa social de energia elétrica, ao desconto social e ao desconto de atividades de irrigação e aquicultura foi consolidada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.147/2025, publicada em dezembro de 2025.

A referida lei também estabelece que, a partir de 2026, o pagamento da receita de geração de Angra 1 e 2 será rateado entre os usuários finais de energia do Sistema Interligado Nacional, exceto consumidores de baixa renda.



Em novembro de 2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025, conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, que estabeleceu transformações estruturais importantes para o setor elétrico brasileiro e um novo marco regulatório, com foco na modicidade tarifária e segurança energética. A lei determinou um cronograma definitivo para a abertura do mercado livre de energia a todos os consumidores, iniciando pelos consumidores comerciais e industriais em baixa tensão, até 2027, e prevendo a abertura total, incluindo residenciais, até 2028. Além disso, criou a figura do Supridor de Última Instância para garantir fornecimento a consumidores sem contrato no mercado livre e estabeleceu diretrizes para a regulamentação da atividade de armazenamento de energia elétrica, dentre outros pontos.

O processo de renovação das concessões de distribuição também avançou significativamente em 2025, com a ANEEL encerrando o ano sinalizando positivamente para a renovação de 17 distribuidoras cujos contratos vencem entre 2025 e 2031, aplicando os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 12.068/2024, que prevê exigências mais rígidas de qualidade do serviço e saúde econômico-financeira.

O ano também foi marcado por desafios operacionais relacionados aos fenômenos climáticos, com eventos cada vez mais extremos e com efeitos devastadores na infraestrutura elétrica das áreas de atuação das distribuidoras, como o tornado que atingiu o município de Rio Bonito do Iguçu em novembro de 2025, evento climático mais severo do ano na área de concessão da Copel Distribuição, levando destruição a cerca de 90% da área urbana do município. Dessa forma, a resiliência do sistema de distribuição frente a eventos climáticos extremos permaneceu como prioridade regulatória, resultando na publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 1.137/2025 em outubro, que estabeleceu disposições específicas para o aumento da resiliência dos sistemas de distribuição e transmissão a eventos climáticos severos, alterando diversas resoluções anteriores relacionadas a procedimentos operativos de distribuição e qualidade do fornecimento de energia elétrica, à prestação de informações requeridas e às obrigações dos concessionários e respectivas sanções e penalidades, dentre outras alterações.

Quanto à regulação tarifária, destaca-se a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025 em fevereiro, que alterou os Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET no tocante à definição da energia requerida e das perdas não técnicas, considerando os efeitos da minigeração e microgeração distribuída participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

Outras resoluções normativas importantes no período foram:

- Resolução Normativa nº 1.117/2025, para regulamentar a quitação antecipada das Contas Covid e Escassez Hídrica, nos termos da Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024, alterando os Submódulos 4.4, 4.4A e 5.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET;
- Resolução Normativa nº 1.121/2025, que promoveu alterações no Módulo 2 do PRORET sobre custos operacionais; e
- Resolução Normativa nº 1.127/2025, tratou dos aspectos financeiros de diferimento em processos tarifários.

Em termos de participação social, foram conduzidas consultas públicas e tomadas de subsídios relevantes, destacando-se no período a Consulta Pública nº 3/2025 sobre regulação do compartilhamento de Outras Receitas, e a Tomada de Subsídios nº 012/2025 para revisão do componente de Produtividade (Pd) do Fator X nos processos tarifários.

Por fim, a Resolução Homologatória nº 3.472/2025 homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição para o ciclo 2025–2026, resultando em um efeito médio de 2,02% para os consumidores, sendo 2,99% para os consumidores de alta tensão e 1,55% para os de baixa tensão. A norma também fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e as Tarifas de Energia Elétrica (TE) aplicáveis aos consumidores e usuários da Copel Distribuição.

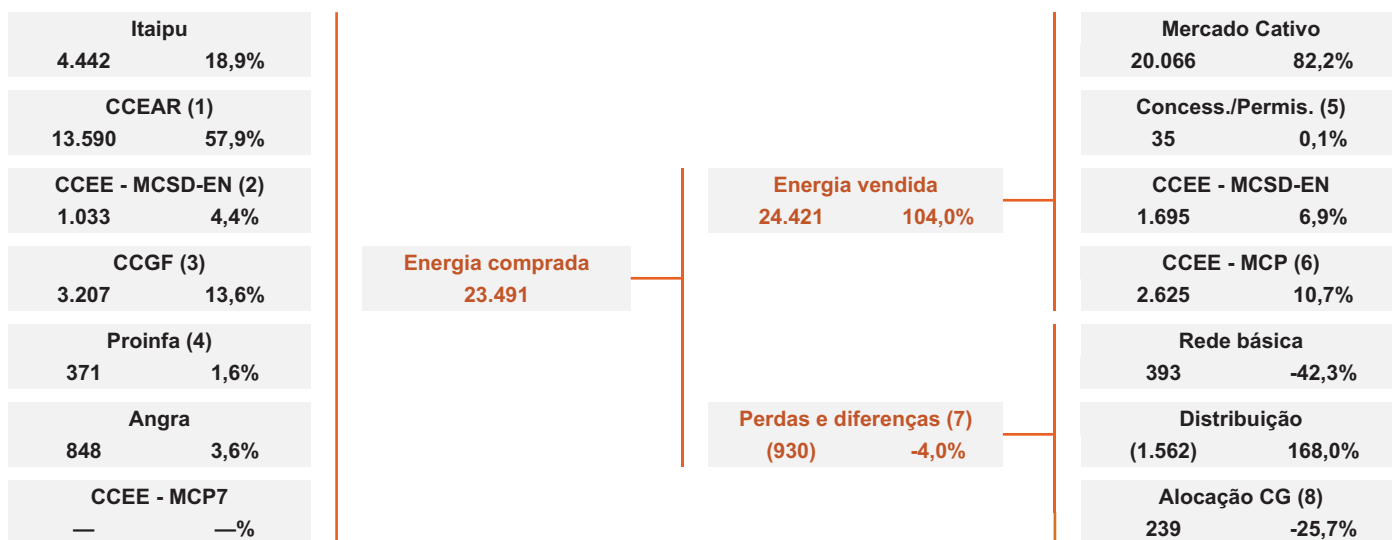


5. MERCADO DE ENERGIA

5.1. Aquisição de energia

A aquisição de energia reduziu 3,1% no comparativo de 2025 em relação ao mesmo período de 2024, passando de 24.036 GWh para 23.491 GWh, impactado principalmente pela redução no volume de cotas de CCGF, oriunda do processo de desestatização da Axia (ex-Eletrobrás). A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo.

A seguir, são apresentados os fluxos de energia da Copel Distribuição em 2025:



(1) CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

(2) Cessão MCSD EN - Cessão contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova

(3) CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013)

(4) Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

(5) Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano

(6) CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

(7) Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMDG

(8) Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

5.2. Venda de energia

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez-25	dez-24	Δ%	2025	2024	Δ%
Mercado Cativo	5.279.053	5.184.322	1,8	20.066	21.285	(5,7)
Concessionárias e permissionárias	2	2	—	35	79	(55,7)
CCEE(Cessão MCSD EN)	292	264	10,6	1.695	1.196	41,7
CCEE - MCP	—	—	—	2.625	923	184,4
Total venda de energia	5.279.347	5.184.588	1,8	24.421	23.483	4,0
Micro e Mini geração distribuída - MMDG	528.496	411.888	28,3	(3.421)	(2.614)	30,9
Mercado Total				21.000	20.869	0,6



- **Mercado Fio (TUSD)**

A tabela abaixo apresenta a variação do mercado fio, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão:

	Nº de consumidores / contratos			Energia consumida (GWh)		
	dez-25	dez-24	Δ%	2025	2024	Δ%
Residencial	4.417.897	4.300.335	2,7	10.108	9.887	2,2
Industrial	39.167	68.970	(43,2)	12.973	12.789	1,4
Cativo	36.610	67.041	(45,4)	1.252	1.718	(27,1)
Livre	2.557	1.929	32,6	11.721	11.071	5,9
Comercial	464.590	448.388	3,6	7.425	7.344	1,1
Cativo	460.946	445.899	3,4	4.442	4.782	(7,1)
Livre	3.644	2.489	46,4	2.983	2.562	16,4
Rural	306.468	314.623	(2,6)	2.695	2.721	(1,0)
Cativo	306.289	314.508	(2,6)	2.426	2.507	(3,2)
Livre	179	115	55,7	269	214	25,8
Outros	58.150	56.908	2,2	2.500	2.566	(2,6)
Cativo	57.311	56.539	1,4	1.838	2.391	(23,1)
Livre	839	369	127,4	662	175	278,3
Total Mercado Cativo	5.279.053	5.184.322	1,8	20.066	21.285	(5,7)
Total Mercado Livre	7.219	4.902	47,3	15.635	14.022	11,5
Suprimento a concessionárias	7	7	—	1.022	1.002	1,9
Total Mercado Fio	5.286.279	5.189.231	1,9	36.723	36.309	1,1
(-) MMDG¹	528.496	411.888	28,3	(3.421)	(2.614)	30,9
Energia Compensada GD II e III				1.130	385	193,0
Total Mercado faturado				34.432	34.080	1,0

¹MMDG - Micro e Mini Geração Distribuída

Na classe industrial, que representou cerca de 35,3% do consumo, destaca-se o segmento alimentício que representou 38,8% do consumo da classe e cresceu 2,3% no ano. Também contribuíram positivamente os ramos de produtos de minerais não-metálicos (4,6%) e borracha e plástico (4,0%). Por outro lado, o setor madeireiro, que representa 7,5% da classe, registrou queda de 4,6% no período, decorrente principalmente da forte redução nas exportações após o tarifaço de 50% imposto pelos EUA. A expansão da classe comercial é sustentada, em grande parte, pelos desempenhos dos ramos atacadista e varejista.



6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Linhas e Subestações

Em 2025, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores.

As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 873,68 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 3.863 km em linhas de distribuição e transmissão.

Extensões de linhas de distribuição:

Linhas de Distribuição	31.12.2025	31.12.2024
Extensão (em km)		
13,8 kV	115.810	114.299
34,5 kV	94.279	92.558
69,0 kV	755	778
138,0 kV	7.626	6.972
Total	218.470	214.607

Parque de subestações aberto por tensão:

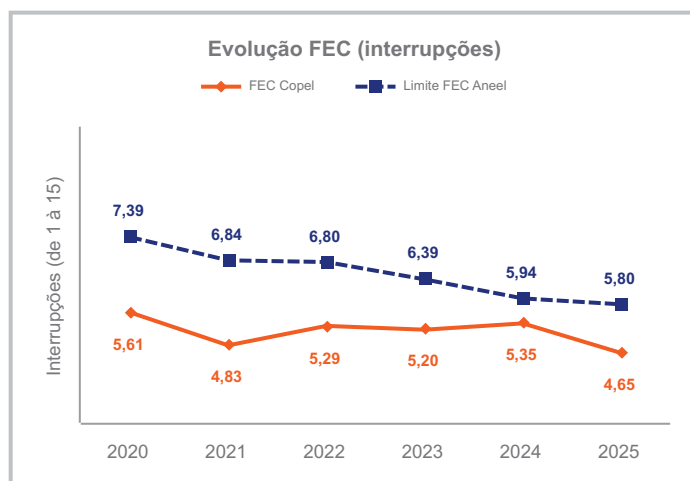
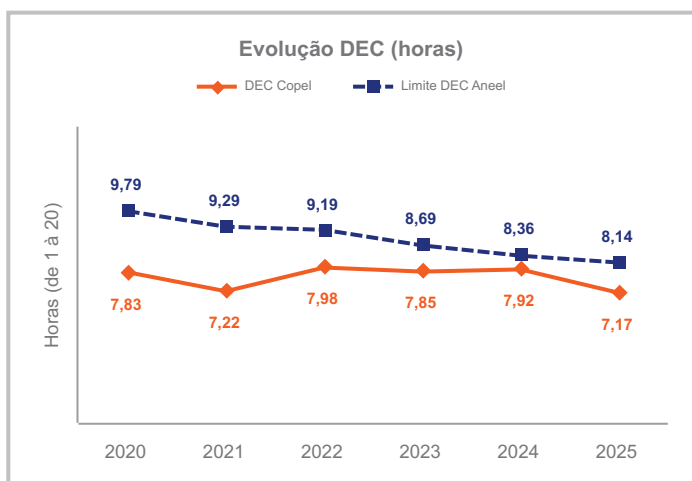
Tensão	31.12.2025		31.12.2024	
	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA
34,5 kV	244	1.962	236	1.695
69,0 kV	36	2.656	36	2.502
88,0 kV	–	5	–	5
138,0 kV	138	8.950	124	8.368
Total	418	13.573	396	12.570

6.2 Destaques DIS

6.2.1. Indicadores de qualidade de fornecimento de energia elétrica - DEC e FEC

A Copel Distribuição vem apresentando desempenho positivo em relação à qualidade e continuidade do serviço prestado ao consumidor, medidos pelos indicadores DEC e FEC, atendendo aos limites regulatórios definidos pela Aneel e constantes do Contrato de Concessão. Esses resultados decorrem dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas, fazendo frente às fortes intempéries climáticas ocorridas no período.

Os gráficos a seguir apresentam os resultados histórico de DEC e FEC comparados às metas Aneel:





É a partir do DEC e do FEC que a Aneel estabelece os parâmetros individuais de continuidade (DIC e FIC). Quando esses indicadores individuais ultrapassam os limites estabelecidos ao longo do período, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. O montante dessa compensação financeira em 2025 totalizou R\$ 51.088,2 mil (R\$ 40.067,1 mil em 2024).

6.2.2. Indicador de eficiência na gestão econômico-financeira da concessão

A Copel Distribuição cumpriu e está em conformidade com os indicadores Eficiência na Gestão econômico-financeira em 2024. Em relação ao exercício de 2025, o resultado será divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2025 da Copel Distribuição, que ocorrerá em 15.04.2025, tendo em vista que o cálculo é baseado no resultado regulatório anual.

6.2.3. Reajuste Tarifário Anual - RTA

O resultado do RTA de 2025 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória-RH nº 3.472 de 17.06.2025, autorizando o reajuste médio de 2,02% percebido pelos consumidores (0% em junho/2024 pela Resolução Homologatória nº 3.336 de 18.06.2024), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2025. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 2,99% e em 1,55% para os da baixa tensão (respectivamente, 0,05% e -0,03% em 2024). O detalhamento dos itens do reajuste está divulgado na Nota Técnica nº 137/2025-STR/ANEEL, de 16.06.2025.

6.2.4. Gestão de perdas de energia

O sistema elétrico nacional é composto por geração, transmissão e distribuição. As perdas referem-se à energia elétrica gerada que passa pelas linhas de transmissão (Rede Básica) e redes da distribuição, mas que não chega a ser comercializada seja por motivos técnicos ou comerciais.

Neste contexto, as perdas podem ser segmentadas entre Perdas na Rede Básica, que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e têm origem iminentemente técnica, e as Perdas na Distribuição que podem ser de natureza técnica ou não técnica.

As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia (ligação clandestina, desvio direto da rede), fraudes (adulterações no medidor ou desvios), erros de leitura, medição e faturamento.

Ações

A Copel Distribuição mantém um Programa de Combate às Perdas não Técnicas que consiste em várias ações que objetivam reduzir ou manter o nível atual de perdas não técnicas, através das seguintes ações:

- Aperfeiçoamento das ações de combate ao procedimento irregular, melhorando o desempenho das inspeções direcionadas;
- Investimentos destinados à disponibilização e ou aquisição de equipamentos para inspeção;
- Elaboração e execução de treinamentos específicos e reciclagem relacionados a perdas comerciais;
- Realização de inspeções, tanto na Média como na Baixa Tensão;
- Notas educativas na imprensa e mensagens na fatura de energia elétrica;
- Operações conjuntas com as Forças de Segurança (Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Ministério Público);
- Abertura de inquérito policial nas regiões onde constatados números expressivos de procedimentos irregulares; e
- Instalação e operação de Sistema de Medição Centralizada em áreas de alto índice de procedimentos irregular e/ou perdas não técnicas.

Perdas em 2025:

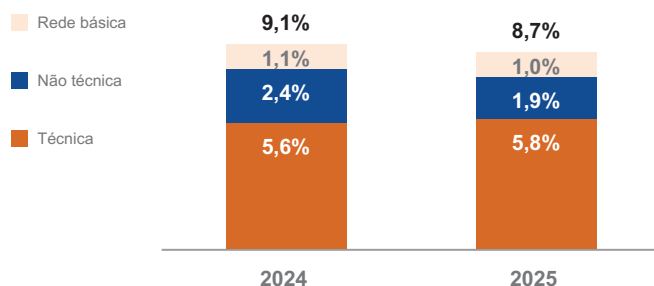
Em 2025 as perdas globais (total apurado desde a geração até o consumidor final) representaram 8,7% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,8% de perdas técnicas, 1,9% de perdas não técnicas e 1,0% de perdas na rede básica.



Em 2025, o volume total de inspeções foi de 68.459, em função de uma estratégia mais seletiva e orientada por dados, priorizando alvos com maior probabilidade de irregularidade. Foram identificados 6.500 procedimentos irregulares e com uma taxa de efetividade de 9,49%.

As prospecções, para a realização das inspeções, são realizadas por meio de ferramenta Data Analytics do grupo A para clientes cativos, análise de dados de consumo e do cadastro de unidades consumidoras, análise de denúncias externas e internas e mutirões de ações específicas.

Índice de Perdas (%)



6.2.5. Bandeiras Tarifárias

A bandeira tarifária permaneceu verde de janeiro a abril de 2025. Com a transição para o período seco, passou para amarela em maio e para vermelha – patamar 1 em junho e julho. Em agosto e setembro, avançou para vermelha – patamar 2, diante de afluições abaixo da média. Em outubro e novembro retornou para vermelha – patamar 1 e, com a entrada do período chuvoso, passou para amarela em dezembro de 2025.

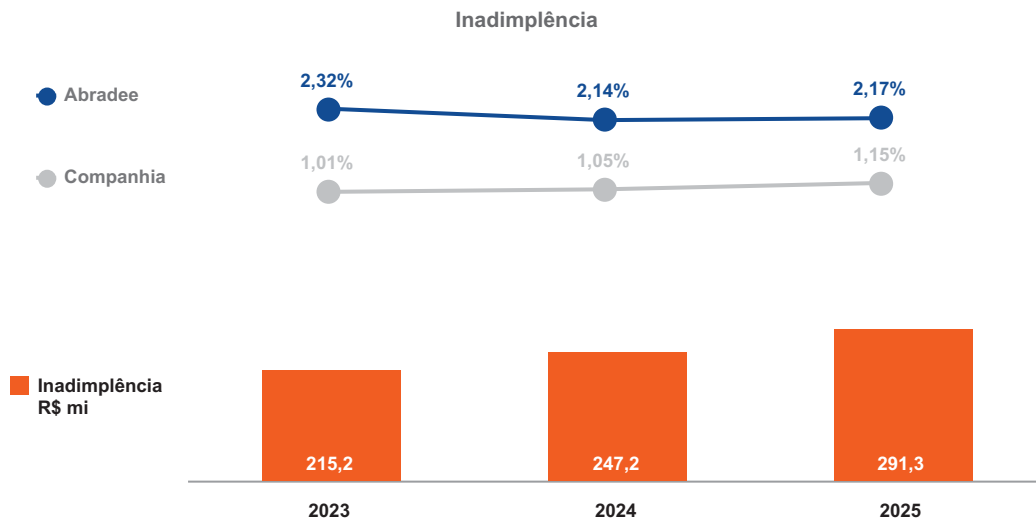
6.2.6. Sobrecontratação

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 113,6% contudo, considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

6.2.7. Inadimplência de consumidores

Companhia passou a calcular, desde 2003, o índice de inadimplência do produto “fornecimento de energia elétrica”, cuja metodologia de cálculo considera inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias. No mês de dezembro de 2025, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição, também denominado de Inadimplência Corporativa, foi de R\$ 291,3 milhões, resultado acima do realizado no ano de 2024, quando atingiu R\$ 247,2 milhões, em razão do aumento de consumo. O indicador acumulado de 2025 do índice foi de 1,15% do seu faturamento dos 12 meses anteriores, resultado acima do realizado no ano de 2024, quando atingiu 1,05% do faturamento.

Seguem os resultados dos dois principais indicadores de inadimplência (Corporativa1 e Abradee2) em 2025.



O controle da inadimplência é realizado por meio de diversas ações de cobrança, como o envio de avisos de inadimplência via SMS, e-mail, cartas de cobrança e protesto de títulos, além da possibilidade de suspensão do fornecimento em última instância. Tais medidas demonstram-se eficazes na recuperação de contas em atraso prolongado, contribuindo para a redução dos índices de inadimplência.

- Índice de inadimplência Critério Corporativa: somatório da pendência de 16 a 360 dias/faturamento de 12 meses
- Índice de inadimplência Critério Abradee: somatório da pendência de 1 a 90 dias/faturamento de 12 meses



7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Receita operacional líquida

Em R\$ mil	31.12.2025	31.12.2024	ΔR\$	Δ%
Fornecimento de energia elétrica	6.357.195	6.554.157	(196.962)	(3,0)
Disponibilidade da rede elétrica	6.358.530	6.520.003	(161.473)	(2,5)
Suprimento	404.765	94.923	309.842	326,4
Receita de construção	3.027.524	2.427.298	600.226	24,7
Valor justo do ativo indenizável da concessão	161.244	82.424	78.820	95,6
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.348.143	838.280	1.509.863	180,1
Outras receitas operacionais	544.809	513.369	31.440	6,1
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.202.210	17.030.454	2.171.756	12,8

A variação na Receita Operacional Líquida, que apresentou crescimento de R\$ 2.171,8 milhões (12,8%) em relação ao exercício anterior, decorreu principalmente dos seguintes fatores:

Fornecimento de energia elétrica: redução de R\$ 197,0 milhões (-3,0%), influenciada pela redução de 5,7% no consumo do Mercado Cativo, além dos efeitos dos Reajustes Tarifários Periódicos que reduziram a tarifa de energia, compensados pelo crescimento da receita de subvenções para descontos tarifários.

Disponibilidade da rede elétrica: queda de R\$ 161,5 milhões (-2,5%), decorrente do aumento de encargos da CDE, parcialmente compensados pelo crescimento de 1,1% do Mercado Fio.

Suprimento: aumento de R\$ 309,8 milhões (326,4%), explicado principalmente pelo maior volume comercializado no Mercado de Curto Prazo (CCEE) e o aumento no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MSCD), parcialmente compensado pela redução nos Contratos Bilaterais.

Receita de construção: crescimento de R\$ 600,2 milhões (24,7%), refletindo o forte aumento dos investimentos no segmento de distribuição, com destaque para os projetos Paraná Trifásico e Rede Elétrica Inteligente (REI), orientados para modernização, automação e renovação da rede de distribuição, por meio da adoção de tecnologias padronizadas voltadas ao atendimento dos sistemas de automação

Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão: acréscimo de R\$ 78,8 milhões (95,6%), reflexo da correção pelo IPCA sobre a base de ativos blindados além do maior efeito de atualização do valor justo sobre a base incremental, tendo em vista os investimentos realizados no período pela Copel DIS.

Ativos e passivos financeiros setoriais: aumento expressivo de R\$ 1.509,9 milhões (180,1%), decorrente principalmente dos efeitos dos reajustes tarifários.

Outras receitas operacionais: incremento de R\$ 31,4 milhões (6,1%), refletindo principalmente efeitos de contratos de compartilhamento de infraestrutura, compensados por reversão de multas registrada em 2024 e redução em Serviços Taxados (com destaque para arrendamentos e aluguéis dentro da linha).



7.2. Custos e despesas operacionais

a. Custos não gerenciáveis - Parcela A

Em R\$ mil	31.12.2025	31.12.2024	ΔR\$	Δ%
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	4.127.515	4.079.561	47.954	1,2
Micro e mini geradores e recompra de clientes	2.446.037	1.726.602	719.435	41,7
Itaipu Binacional	963.340	950.389	12.951	1,4
Programa incentivo novas fontes energia alternativa - Proinfa	406.134	320.371	85.763	26,8
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.122.180	692.641	429.539	62,0
(-) PIS/Pasep e Cofins	(470.082)	(460.768)	(9.314)	2,0
Total custos com energia elétrica comprada para revenda	8.595.124	7.308.796	1.286.328	17,6
Encargos de uso do sistema	2.273.269	2.249.295	23.974	1,1
Encargo de energia de reserva - EER	431.833	412.331	19.502	4,7
Encargos de transporte de Itaipu	248.815	270.190	(21.375)	(7,9)
Encargos dos serviços do sistema - ESS	5.009	74.133	(69.124)	(93,2)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(268.935)	(276.795)	7.860	(2,8)
Total custos com encargos de uso da rede	2.689.991	2.729.154	(39.163)	(1,4)
Total custos Parcela A	11.285.115	10.037.950	1.247.165	12,4

A variação nos custos totais da Parcela A aumentou 12,4% no período, impactada pelos seguintes fatores:

- Maior volume de energia proveniente do sistema de compensação de MMGD.
- Aumento das despesas liquidadas no âmbito da CCEE, associadas aos Efeitos da Contratação por Disponibilidade (ECD) e aos Riscos Hidrológicos, sobretudo pela elevação no PLD e redução do GSF em relação ao ano anterior;
- Redução do volume contratado de energia e ressarcimentos de contratos por disponibilidade que contribuíram para a redução das despesas com leilões, mas que tiveram seus efeitos compensados pela queda nas receitas de cessões do MCSD e o pelo reajuste das tarifas médias; e
- Maior desembolso do PROINFA, motivado por aumento das cotas de custeio homologadas no período;

Por fim, as despesas com encargos reduziram 1,4% em relação ao ano anterior, por conta das tarifas menores homologadas pela Aneel para Transporte de Itaipu e Rede Básica, bem como pela redução dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Por outro lado, essa redução foi compensada com o aumento do Encargo de Energia de Reserva (ERCAP) no último quadrimestre do ano, decorrente da antecipação do suprimento de 11 usinas vencedoras do 1º Leilão de Reserva de Capacidade (LRC) de 2021.

b. Custos gerenciáveis – Parcela B

	31.12.2025	31.12.2024	ΔR\$	Δ%
PMSO	2.099.396	1.990.689	108.707	5,5
Pessoal e Administradores	538.360	636.853	(98.493)	(15,5)
Remuneração, encargos e benefícios	426.794	512.554	(85.760)	(16,7)
Provisões PPD e PLR	99.037	110.956	(11.919)	(10,7)
PDV	12.529	13.343	(814)	(6,1)
Planos previdenciário e assistencial	153.082	168.977	(15.895)	(9,4)
Material	65.226	63.492	1.734	2,7
Serviços de terceiros	865.301	719.122	146.179	20,3
Outros custos e despesas operacionais	233.731	158.775	74.956	47,2
Provisões e perdas estimadas	243.696	243.470	226	0,1
Provisão para litígios	144.331	168.067	(23.736)	(14,1)
Perdas de créditos esperadas	99.365	75.403	23.962	31,8
Amortização	712.266	592.226	120.040	20,3
Total Custos da Parcela B	2.811.662	2.582.915	228.747	8,9

A variação nos custos da Parcela B se devem, principalmente, aos seguintes fatos.

Os custos gerenciáveis da Parcela B apresentaram aumento de R\$ 228,7 milhões (+8,9%) em 2025, totalizando R\$ 2.811,7 milhões, decorrente:



Pessoal e Administradores: redução de R\$ 98,5 milhões (-15,5%), em razão, principalmente, da redução do quadro de empregados que impactou na queda do total dos custos com remuneração, encargos e auxílios, e do menor valor de provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores. Estes eventos foram compensados pelo acréscimo dos honorários de administradores e Incentivos a Longo Prazo (ILP) e pela atualização salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho;

Materiais: mantiveram-se relativamente estáveis, com leve aumento de R\$ 1,7 milhões (+2,7%), decorrente de aquisições destinadas à manutenção da operação, sem impactos relevantes na estrutura total de custos;

Serviço de terceiros: crescimento de R\$ 146,2 milhões (+20,3%) impulsionada pela maior volume de manutenção da rede elétrica e de consultorias especializadas, principalmente serviços jurídicos e suportes sistêmicos, e pelo atendimento aos consumidores com maior volume de ligações e atendimentos do call center;

Provisões e perdas estimadas: variação marginal de +0,1%, uma vez que a redução na provisão para litígios foi compensada pelo aumento das perdas de crédito esperadas, reflexo, também, do aumento do consumo de energia;

Outros custos e despesas operacionais: aumento relevante de R\$ 75,0 milhões (+47,2%) impactado principalmente pelo perdas relacionadas à desativação de ativos, associadas ao programa de investimento;

Amortização: as despesas com amortização cresceram R\$ 120,0 milhões (+20,3%), em função da entrada em operação de novos ativos e da ampliação da base amortizável, refletindo investimentos realizados pela Companhia.

7.3. Resultado financeiro

O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 259,9 milhões em relação ao período anterior, explicada principalmente pelo aumento das despesas financeiras, decorrente do maior volume de encargos e variações monetárias sobre dívidas, em função das novas captações realizadas no período, bem como, pela variação do CDI em 2,8 p.p., entre o final de 2024 e 2025, que constitui o indexador de 57,5% das dívidas da Companhia. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento de 24,8% das receitas financeiras no período, principalmente decorrente de aumento de juros e acréscimo moratórios sobre faturas.

7.4. Ebitda

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

R\$ milhões	2025	2024	Δ
Lucro líquido	1.072,5	1.134,0	-5,4%
IRPJ e CSLL diferidos	219,5	322,3	-31,9%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	785,9	525,9	49,4%
Lajir/Ebit	2.077,9	1.982,2	4,8%
(+) Depreciação e amortização	712,3	592,2	20,3%
Lajida/Ebitda	2.790,2	2.574,4	8,4%
Itens não recorrentes			
-/+ Plano de Demissão Voluntária	12,5	13,3	-6,0%
(-/+ VNR	(161,2)	(82,4)	95,6%
Lajida/Ebitda Recorrente	2.641,5	2.505,3	5,4%

O Ebitda totalizou R\$ 2.790,2 milhões em 2025 contra R\$ 2.574,5 milhões em 2024, 8,4% superior ou R\$ 215,7 milhões de aumento, desempenho impulsionado, principalmente, pelo aumento no mercado fio faturado e pelo Reajuste Tarifário Anual (RTA) de junho de 2025, além, da sua comprovada eficiência operacional.

7.5. Lucro Líquido

Em 2025, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 1.072,5 milhões, sendo 5,4% inferior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 1.134,0 milhões. O decréscimo decorre principalmente do resultado financeiro, já detalhado, compensando pelo menor valor de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude do maior benefício fiscal obtido pelo JCP nesse exercício.



7.6. Valor adicionado

No exercício de 2025 a Copel Distribuição apurou R\$ 12.941 milhões de Valor Adicionado, 12,0% superior ao ano anterior, no montante de R\$ 1.388,7 milhões. A apresentação, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2025	2024	%
Acionistas	3,2 %	4,6 %	-31,9
Retido	5,1 %	5,2 %	-1,9
Terceiros	11,3 %	9,2 %	22,8
Pessoal	6,0 %	7,6 %	-21,1
Governo	74,4 %	73,4 %	1,4
Estadual e Municipal	26,8 %	28,8 %	-6,9
Federal	47,6 %	44,5 %	7,0
Total	100,0%	100,0%	—

7.7. Programa de investimentos

Os investimentos destinam-se à expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição, através da: (i) implantação de novas subestações, linhas de distribuição de alta tensão e linhas de distribuição de média e baixa tensão; (ii) aprimoramento do sistema de telemedição e (iii) melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica na área rural.

Em 2025 os investimentos totais, líquidos da Participação Financeira do consumidor, alcançaram R\$ 2.959,0 milhões, sendo R\$ 2.692,1 milhões referentes aos desembolsos e R\$ 266,9 milhões às apropriações relacionadas à mão-de-obra própria, gastos com veículos próprios utilizados nas obras de investimentos, entre outros. A previsão para 2026 foi aprovada em 18.11.2025, na 264ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, e prevê o montante de R\$1.942,8 milhões, 22,3% inferior a 2025, e tem com o objetivo permanente o aumento da eficiência operacional, redução de custos e composição da base de remuneração de ativos regulatórios (BRR), especialmente por meio da continuidade da execução do Programa Transformação.

O gráfico demonstra o comparativo do montante dos Investimentos previstos e realizados.



Programa Transformação

O Programa Transformação é um amplo plano de investimento destinado a modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e comunicação, por meio de projetos de manutenção e expansão do sistema elétrico na área de concessão, abrange a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes.

Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de operação e manutenção (O&M) e comerciais, aprimoramento no controle dos indicadores de qualidade DEC e FEC, além de que os investimentos devem impactar em aumento da base de remuneração, que passará por revisão tarifária em 2026.



Redes elétricas inteligentes - REI

O programa de redes elétricas inteligentes tem o objetivo de implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição, e o uso de medidores de energia eletrônicos inteligentes, permitindo o controle de toda a rede elétrica, de forma remota, desde a subestação até o consumidor final, que pode monitorar o seu uso de energia por meio do aplicativo para celular.

O primeiro investimento foi concluído em 2018, como projeto piloto para validação da solução, e a partir daí o projeto foi dividido nas Fases 1, 2, 3 e 4. No total foram investidos R\$ 898 milhões, sendo R\$ 380 milhões desse montante em 2025. Em 2025 foram instalados 909.739 medidores inteligentes de um total de 2.026.837 instalados desde o início, representando a conclusão do programa.

Paraná Trifásico

O Projeto Paraná Trifásico modernizou e renovou as redes de distribuição rurais, por meio da implantação de rede trifásica e da criação de redundância nos principais ramais rurais, melhorando a qualidade do fornecimento de energia, com a redução de desligamentos e a ampliação da capacidade de atendimento a propriedades rurais que demandam ligação trifásica. Adicionalmente, promoveu a renovação dos ativos de rede e o aumento da segurança operacional para empregados e para a população, gerando impactos positivos para a economia rural do Estado do Paraná.

O programa iniciado em 2020, foi concluído em 2025 com a construção de 25.062 km de redes e totalizou um investimento de R\$ 3,3 bilhões.

Linhas e subestações

Até 31.12.2025, as obras de novas subestações e ampliações adicionaram ao sistema de distribuição, aproximadamente, 1.003 MVA, totalizando 13.573 MVA. As novas obras de linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 3.863 km, totalizando 7.626 km de linhas em 138 kV. Essas obras atingiram um investimento de R\$ 1,11 bilhões até o quarto trimestre de 2025.

Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição, com o objetivo de evitar cortes e podas de árvores e reduzir o número de desligamentos. Já, a implantação das redes protegidas ocorre exclusivamente em áreas rurais e evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries.

Ao final de dezembro de 2025, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 36.782 km, ante 32.544 km em dezembro de 2024, um acréscimo de 4.238 km, ou 13,02%, em doze meses.

Rede Secundária Isolada

A Companhia vem investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), por apresentarem vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, melhorar os indicadores de qualidade, entre outras.

Ao final de dezembro de 2025, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 24.724 km, ante 23.686 km em dezembro de 2024, um acréscimo de 1.038 km, ou 4,38%, em doze meses.

7.8. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, com a finalidade de reforçar o caixa para atendimento aos compromissos da Companhia, além da ampliação, renovação e melhorias da rede de distribuição.

Em 2025 foram obtidos os recursos a seguir:



Ingressos (Em R\$ milhões)	Financiador	Valor
Debêntures - 10ª emissão 1ª série	Debêntures	1.300.000
Debêntures - 10ª emissão 2ª série	Debêntures	500.000
Debêntures - 10ª emissão 3ª série	Debêntures	1.200.000
Total		3.000.000

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 3.018,8 milhões, sendo R\$ 2.186,1 milhões de principal e R\$ 832,7 milhões de encargos. O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:

R\$ milhões	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
	1.046	1.196	885	1.161	3.830	8.118



8. PERFORMANCE ESG

A Copel Distribuição, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

No aspecto ambiental, a descarbonização, adaptação e resiliência climática, biodiversidade e ecoeficiência são direcionadores para projetos e iniciativas, como o Plano de Neutralidade de Carbono, pelo qual a Companhia adota medidas para neutralizar sua emissão direta de carbono até 2030. A Copel investe em energias 100% renováveis, pesquisa fontes alternativas e reduz emissões de gases de efeito estufa, reforçando seu compromisso no combate às mudanças climáticas.

No campo social, o pilar Pessoas é central, com foco na saúde e segurança dos colaboradores, direitos humanos e diversidade. A Copel valoriza a promoção de um ambiente de trabalho saudável, com meta de zero acidentes fatais, atuando de forma justa e inclusiva com colaboradores e partes interessadas, além de fortalecer o engajamento com as comunidades.

Na governança, a Copel adota uma abordagem estruturada e transparente, com destaque para o Programa de Integridade, que é fundamentado no Código de Conduta e alinhado aos princípios do Pacto Global. O programa desenvolve ações voltadas à prevenção de riscos, à promoção de uma cultura ética e ao engajamento contínuo dos colaboradores. A Companhia também mantém uma gestão robusta de riscos e controles internos, assegurando a conformidade com normas e regulamentos e fortalecendo a governança em todos os níveis organizacionais.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

Dessa forma, a Copel integra sua estratégia de forma transversal, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade. Com registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como estratégia de seu planejamento, a Copel Distribuição adota medidas que fortalecem ainda mais a transparência e as práticas de governança corporativa, além de oportunizar a diversificação das fontes de financiamento e a otimização do perfil da sua dívida.

8.1. Gestão da Sustentabilidade

A Copel gerencia a sustentabilidade por meio de áreas especializadas voltadas para as temáticas ESG. A Holding estabelece diretrizes corporativas que são disseminadas em toda a empresa, incluindo suas subsidiárias, por meio de políticas e normas abrangentes.

A Copel Distribuição possui equipes específicas para a gestão de questões socioambientais, adequando suas ações às particularidades de cada operação. Essas iniciativas visam garantir conformidade socioambiental e alinhamento às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é monitorado internamente e avaliado por meio de índices especializados, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e o *Corporate Sustainability Assessment* (CSA) da S&P Global. Esses indicadores permitem comparações com outras empresas e fornecem insights para a melhoria contínua nas dimensões ESG.

8.2. Governança Corporativa

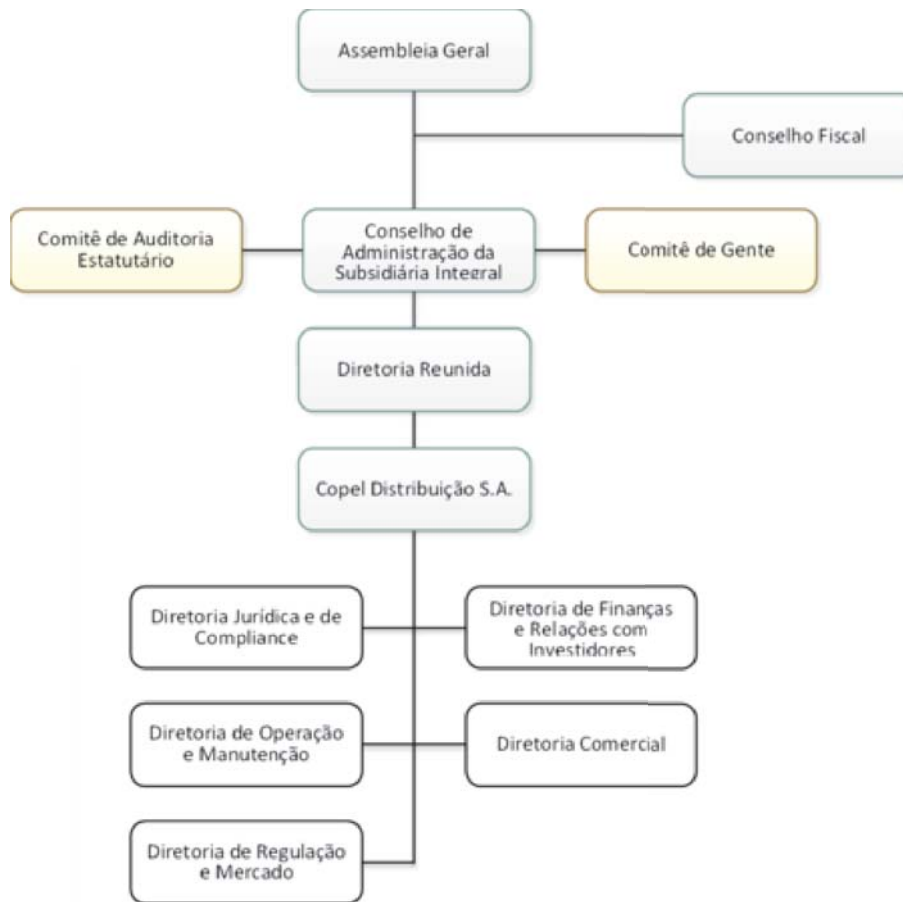
A Copel Distribuição segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.



Em alinhamento às modernizações ocorridas na Companhia, e, com o intuito de promover maior padronização de estruturas de governança que viabilizem a sua operação integrada e eficiente, a Copel Distribuição reformou seu Estatuto Social em dezembro de 2025. Dentre as melhorias implementadas, destacam-se: adequação de dispositivos referentes ao Conselho Fiscal; a criação da Diretoria de Regulação e Mercado e a respectiva regulamentação quanto ao exercício do cargo de Diretor de Regulação e Mercado da Copel Distribuição, por parte do Vice-Presidente de Regulação e Mercado da Copel Holding, que cumulará ambos os cargos sem remuneração adicional; a alteração das regras de composição do Conselho de Administração, passando a contar com três membros, similar às demais subsidiárias da Copel; a adequação dos dispositivos que tratam da representação da Subsidiária perante terceiros; ajuste dos dispositivos que tratam da celebração de negócios jurídicos; e, por fim, inclusão de dispositivo que trata do exercício dos cargos de membros da Diretoria em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva.

8.2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:





CONSELHO FISCAL

Presidente Demetrius Nichele Macei

Membro titular Sérgio Henrique da Fonseca

Membro titular Filipe Bordalo Di Luccio

Membro suplente José Paulo da Silva Filho

Membro suplente Paulo Roberto Franceschi

Membro suplente Verônica Gomes Vairo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Daniel Pimentel Slaviero

Membro Marco Antonio Villela de Abreu

Membro Márcia Cristine Ribeyre Baena

DIRETORIA

Diretor Geral Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores Felipe Gutterres Ramella

Diretor Jurídico e de Compliance Yuri Müller Ledra

Diretor Comercial Julio Shigeaki Omori

Diretora de Operação e Manutenção Karine Matsunaga Lopes Torres

Diretor de Regulação e Mercado André Luiz Gomes da Silva

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador Marco Antônio Barbosa Cândido

Membro Pedro Franco Sales

Membro externo e especialista financeiro Carlos Biedermann

8.2.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os colaboradores, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia é certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2025.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

Código de Conduta

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para colaboradores, administradores (membros do Conselho de Administração), membros do Conselho Fiscal, membros de comitês (estatutários ou não estatutários), estagiários, aprendizes, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados.

Em 2025 a Companhia formalizou um Código de Conduta específico para Fornecedores. O objetivo do documento é registrar de forma clara as diretrizes que devem ser seguidas por todos os fornecedores da Companhia. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente em seguir as diretrizes do documento.

Canais de manifestação

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades.



O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico.

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia: <https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/>

8.2.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos da Copel, fundamentada nos valores da Companhia, no Código de Conduta e nas diretrizes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), orienta a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar seus objetivos. Suas diretrizes abrangem áreas corporativas, subsidiárias e controladas, e são recomendadas às demais empresas do grupo. A alta administração recebe treinamentos específicos, enquanto os demais empregados são capacitados na metodologia de gestão de riscos, permitindo identificar exposições e adotar ações mitigadoras.

Os riscos estratégicos são revisados na elaboração do Planejamento Estratégico, em trabalho conjunto da alta administração da Copel e das subsidiárias, envolvendo identificação, análise e definição de planos de controle, contingência e monitoramento. Além disso, os principais riscos são classificados em Financeiros, Operacionais e de Conformidade.

Para definir seu apetite ao risco, a Copel considera pilares como elevados padrões éticos e de compliance, alinhamento às práticas ESG com foco em clima e aspectos socioambientais, rigor na segurança do trabalho, aprimoramento contínuo da segurança cibernética e investimentos compatíveis com a Política de Investimento e o Planejamento Estratégico, baseados em integração, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são realizados reportes periódicos à alta administração sobre o portfólio de riscos e os respectivos planos de mitigação, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança. Esse processo é continuamente aprimorado, garantindo alinhamento às melhores práticas de mercado e à legislação vigente.

8.2.4. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Copel e suas subsidiárias integrais possuem contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC para a prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações financeiras até o fim do exercício social de 2028. A PwC iniciou suas atividades a partir da revisão das demonstrações financeiras intermediárias do primeiro trimestre do exercício de 2024.

No exercício social encerrado em 31.12.2025, a PwC recebeu honorários no valor de R\$ 1,4 milhões referentes aos serviços regulares de auditoria independente e R\$ R\$ 63,1 mil referentes a asseguarção das informações do Relato Integrado e da estrutura de controles para o processo de compilação e apuração de índice financeiro.

8.3. Dimensão Social

A Copel Distribuição, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável.

8.3.1. Promoção dos Direitos Humanos e Responsabilidade Social

A Política de Sustentabilidade define diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações, garantindo ambientes de trabalho dignos, inclusivos e livres de desigualdades. Desde 2022, a Companhia vem padronizando processos de monitoramento e avaliação por meio da devida diligência de fornecedores, do levantamento de temas prioritários de direitos humanos e do uso de indicadores como saúde e segurança, registros do Canal de Denúncias e relatórios internos para identificar riscos e oportunidades de melhoria.



Entre 2022 e 2025, foram realizadas capacitações sobre direitos humanos em áreas estratégicas, abordando impactos na cadeia de valor, monitoramento, prevenção e, avanços no processo de diligência corporativa. Em 2024, lançou o Curso de Direitos Humanos durante a Semana Integrada de ESG, ampliando e aprofundando os temas de inclusão e responsabilidade social. Já em 2025, a programação explorou os temas de compliance e inclusão, com ênfase na neurodiversidade, reforçando o compromisso da Companhia com ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos e alinhados às melhores práticas internacionais.

8.3.2. Engajamento Social e Desenvolvimento Comunitário

A Copel desenvolve ações sociais alinhadas às expectativas da sociedade e à Agenda 2030 da ONU, promovendo desenvolvimento nas comunidades onde atua e mitigando impactos socioambientais. As iniciativas incluem programas sociais obrigatórios dos PBAs e projetos corporativos, como EletriCidadania, Cultivar Energia e Educa ODS.

A Política de Sustentabilidade também define diretrizes para o investimento social privado e, as subsidiárias reportam trimestralmente à Diretoria de Governança, Risco e Compliance todas as doações e contribuições, garantindo transparência e alinhamento estratégico.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no [Relato Integrado](#).

8.3.3. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação em corporação em 11.08.2023, a Copel deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

Movimentação do quadro de pessoal	
Quadro em 31.12.2024	3.199
Admissões/readmissões	293
Desligamentos	388
Transferência entre empresas	6
Quadro em 31.12.2025	3.110
Turnover em 2025	10,6

Para apoiar a áreas operacionais e funções específicas, a Controladora estabeleceu uma política de terceirização, onde estão previstas as diretrizes para contratações de terceiros. As contratações seguem as exigências legais e de segurança do trabalho, além de regras e disposições internas definidas no Manual do Fornecedor e no Regulamento de Contratação.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. A Companhia celebrou, tanto em 2023 quanto em 2024, a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.



O Código de Conduta da Copel expressa o seu compromisso com a criação e a manutenção de ambiente de trabalho respeitoso, cordial, que incentive a diversidade, equidade e inclusão, proporcionando a dignidade dos colaboradores e favorecendo o trabalho em equipe. A Política de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho estabelece, dentre suas diretrizes, a observância da diversidade de gênero, idade, orientação sexual e identidade de gênero, raça e/ou etnia, visando promover a igualdade de oportunidades. Na mesma linha, a Política de Governança prevê o dever dos Agentes de Governança de tratar os acionistas e demais partes interessadas de maneira justa e uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a organização, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades.

Adicionalmente, o respeito aos direitos humanos em todas as atividades laborais está previsto como diretriz específica da Política de Sustentabilidade, considerando que homens e mulheres devem ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, conforme determina a Organização Internacional do Trabalho - OIT. Além disso, a Política de Gestão de Pessoas orienta a Companhia a zelar pela manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e saudável, livre de qualquer tipo de assédio, e de promover e estimular ações que garantam o respeito à diversidade, a equidade nas relações, a qualidade de vida e a saúde integral.

A Copel também garante, em suas normativas internas, a igualdade de gênero, assim como de raça, cor e orientação sexual, de modo que as ações adotadas refletem na retenção de colaboradores e no impulso à performance e à sustentabilidade dos negócios.

Destaca-se que a Copel conta, ainda, com uma Comissão Permanente de Promoção de Diversidade, cujo objetivo central é fomentar a equidade, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos a discriminação.

Por fim, como a primeira empresa do setor a se tornar signatária do Pacto Global da ONU (no ano 2000), a Copel assumiu compromissos e metas para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, dentre os quais o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Seguem os dados referentes à quantidade de mulheres contratadas, bem como à proporção de remuneração entre homens e mulheres:

Quantidade de mulheres				
Categoria funcional	2024	% total	2025	% total
Profissional técnico de nível médio	51	6,4	51	5,5
Profissional de nível médio	462	24,7	400	26,7
Profissional de nível superior	161	30,6	217	32,0
Total	674	21,1	668	21,5

Quantidade de mulheres ¹				
Órgãos de governança	2024	% total	2025	% total
Diretoria	0	0,00	1	20,00
Conselho de Administração	1	25,00	1	33,33
Conselho Fiscal	1	16,67	1	16,67
Comitês Estatutários	0	0,00	0	0,00

¹ A apuração referente aos órgãos estatutários considera o número de posições existentes, e não o número de indivíduos que as ocupam. Adicionalmente, os membros suplentes do Conselho Fiscal são contemplados na base de cálculo, uma vez que são formalmente eleitos e participam das reuniões e deliberações na ausência dos respectivos titulares. Utilizado como referência as premissas utilizadas na norma GRI 405-1 (GRI - Global Reporting Initiative), relacionada à Diversidade em órgãos de governança e empregados, mesma metodologia utilizada para divulgação da informação no Relato Integrado da Companhia.

Proporção entre salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens ¹				
Categoria funcional	2024		2025	
	Razão do salário-base	Razão da remuneração	Razão do salário-base	Razão da remuneração
Profissional técnico de nível médio	0,96	0,94	1,03	0,96
Profissional de nível médio	1,00	0,89	1,02	0,91
Profissional de nível superior	0,81	0,78	0,82	0,88
Total	0,97	0,88	1,00	0,91

¹ Para o cálculo das médias de salário-base e remuneração, não foram incluídos empregados com jornada de trabalho inferior a 8 horas diárias. A remuneração total foi determinada somando-se o salário-base, adicionais, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Prêmio por Desempenho Copel (PPD) e Abono previsto no Acordo Coletivo de Trabalho.

• Cultura Copel



Em 2025, a Companhia passou por uma intensa revisão da cultura para apoiar o momento de transformação, pois entende-se que a gestão da Cultura é um tema estruturante e indispensável para a Copel neste momento e deixa claro quais são os comportamentos que irão levar a organização para o futuro. O processo contou com o apoio de uma consultoria externa que respaldou na definição integrada dos Valores, construídos a várias mãos, definição da ambição e da razão de Ser da Copel:

Razão de Ser:	Iluminar vidas com pura energia.
Ambição:	Ser a empresa que mais gera valor no setor elétrico brasileiro.
Nossa força é nossa gente:	Somos um time protagonista que se desenvolve junto com o negócio.
Cada cliente importa:	Impulsionamos as conquistas dos nossos clientes
Entregamos resultados extraordinários:	Construímos resultados sustentáveis ao longo do tempo.
Movidos a futuro:	Somos fonte de conhecimento e inovação.
Segurança e ética são inegociáveis:	Nosso exemplo faz a diferença.

• Saúde, Bem-estar e Benefícios

Saúde e Qualidade de Vida são temas que permeiam nosso compromisso com o cuidado, saúde e bem-estar dos colaboradores, reforçando nossos Valores “Nossa Força é Nossa Gente” e “segurança e Ética são Inegociáveis” orientando nosso Jeito de Ser e Fazer dentro da Copel. Temos como premissa a construção de um ambiente organizacional saudável, seguro, com equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, visando a promoção da saúde integral, coordenando ações, programas e benefícios.

Entre os benefícios financeiros concedidos pela Companhia a todos os seus colaboradores, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a colaboradores com deficiência e a colaboradores que tenham dependente com deficiência; complementação de auxílio-doença, entre outros.

A Companhia oferece ainda benefícios não financeiros que impactam positivamente na qualidade de vida e bem-estar, como: liberação para acompanhamento de familiar, liberação para realização do pré-natal e acompanhamento da gestante, licença maternidade e licença paternidade estendidas; horas para voluntariado; flexibilidade de jornada; redução de jornada de 8 para 6 horas; banco de horas.

As ações e programas de Saúde e Bem-estar da Companhia são estruturados em quatro pilares, baseados nas premissas da Organização Mundial de Saúde: saúde física, saúde mental, bem-estar social e bem-estar financeiro, com uma visão integral do ser humano com destaque para:

Saúde Física	Saúde Mental
Exames de rastreamento e diagnóstico precoce	Canal de atendimento psicológico de urgência e emergência
Plano de Saúde	Programa de dependência química
Vacina da Gripe	Psicoterapia online
Incentivo à prática de atividade física e hábitos saudáveis	Letramento e psicoeducação em saúde mental
Letramento em Saúde	Gestão dos fatores psicossociais no trabalho
Tratamento para obesidade	
Restrição e reabilitação funcional	
Bem-estar Social	Bem-estar Financeiro
Semana da família	Plano de Previdência
Pessoa com Deficiência	Programa de Preparação para Aposentadoria e Pós emprego
Gestão de afastados	Educação financeira e previdenciária
Programa de Home Office	Assessoria Jurídica e financeira
Programa Bem Gestar	
Suporte a vítima de violência doméstica	

O desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2025:

- Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL;
- Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas;
- Programa de Capacitação para LGPD;



- Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade;
- Trilhas de aprendizagem;
- Programa de Cibersegurança;
- COPEL 4.0 - Iniciativas sobre inovação.

- **Remuneração**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em três pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito), remuneração variável de curto prazo e incentivos de longo prazo. A remuneração variável de curto prazo compreende a Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) e Prêmio Por Desempenho Copel (PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). Os incentivos de longo prazo, aplicáveis a públicos estratégicos definidos pela Companhia, visam alinhar os interesses de médio e longo prazo dos profissionais elegíveis aos objetivos sustentáveis e à geração de valor no negócio, em consonância com as práticas de mercado.

A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2025 (R\$ 2.435) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 1.518,00) era de 1,60 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

A Companhia se relaciona com 17 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada colaborador recebe o feedback da sua liderança considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período. Para que os colaboradores possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizado uma trilha de aprendizagem, que apresenta os conteúdos relacionados a gestão por competências, modelo e processo do programa e também sobre o plano de desenvolvimento.

Em 2025 não tivemos a aplicação da avaliação de desempenho em razão do projeto de revisão dos Valores e Cultura, visto a necessidade de alinhamento entre esses temas. Dessa forma, após a finalização da revisão da Cultura, foi iniciada a atualização do programa de Gestão de Desempenho com implantação prevista para o início de 2026.

- **Mobilidade Interna e Novas Admissões**

Com a transformação da Copel em corporação em 2023, a Companhia deixou de ter obrigatoriedade de realizar concursos públicos para contratação. Esse novo cenário levou à implantação, no primeiro semestre de 2024, do **Programa de Mobilidade Interna**, que prioriza o preenchimento de vagas por meio de processos seletivos internos, amplamente divulgados aos colaboradores.

Embora a prioridade seja o aproveitamento interno do quadro, algumas funções e posições demandam a contratação de mercado. Assim, a partir do segundo semestre de 2024, a Copel passou a realizar processos de recrutamento e seleção externos, com o apoio de consultorias especializadas.

- **Desenvolvimento de Pessoas**

A Copel implementa programas estruturados e abrangentes voltados ao aperfeiçoamento contínuo das competências de seus colaboradores, contemplando diferentes escopos e públicos ao longo de suas trajetórias profissionais. As iniciativas têm como foco o desenvolvimento técnico, comportamental e estratégico, alinhado às necessidades do negócio, à transformação digital, à inovação e à sustentabilidade organizacional.

No âmbito da capacitação técnica e comportamental, a Companhia promove cursos, treinamentos e palestras direcionados ao fortalecimento de habilidades essenciais para a operação, capacitações de segurança e obrigatórias.



Adicionalmente, a Copel promove iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências estratégicas e à preparação de suas lideranças para os desafios de longo prazo. Essas ações, conduzidas com apoio de especialistas externos e, reforçam a educação corporativa como ferramenta de engajamento e transformação cultural.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2025:

- Iniciativas de desenvolvimento na temática “Inovação”
- Iniciativas de desenvolvimento na temática “Transformação Digital”
- Programa de Capacitação para LGPD
- Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade
- Trilhas de aprendizagem
- Programa de Cibersegurança

8.3.4. Fornecedores

Ao longo de 2025, a Copel avançou de forma estruturada na centralização da gestão da cadeia de suprimentos em um modelo corporativo, estabelecendo os principais fundamentos para a evolução de sua maturidade, governança e integração dos processos de contratação. Esse movimento representou um passo relevante na transição para um modelo mais integrado, alinhado à estratégia da Companhia de posicionar a cadeia de suprimentos como um pilar estratégico para a geração de valor, mitigação de riscos e sustentabilidade do negócio, em consonância com seu novo contexto corporativo.

A centralização da gestão passou a criar as condições necessárias para maior padronização, rastreabilidade e consistência na tomada de decisão, apoiada pela integração progressiva dos processos e pela incorporação de critérios ESG ao longo do ciclo de contratação. Esse modelo contribui para ampliar a transparência, fortalecer os controles e promover ganhos de eficiência operacional, respeitando os requisitos regulatórios e os compromissos socioambientais da Companhia.

A Companhia também reforçou sua atuação preventiva em integridade e conformidade desde as etapas iniciais de triagem e homologação de fornecedores, por meio de análises de capacidade técnica, enquadramento jurídico, integridade e saúde econômico-financeira, complementadas pelo acompanhamento de riscos ao longo da execução contratual. Essas práticas constituem a base para uma classificação mais consistente da criticidade dos fornecedores e para o aprimoramento contínuo da gestão da cadeia de suprimentos.

Como parte do fortalecimento do relacionamento com seus parceiros estratégicos, a Copel realizou, em 2025, a primeira edição do Prêmio Parceiro Pura Energia, com escopo ampliado e foco em performance, sustentabilidade, segurança do trabalho e qualidade. A iniciativa reconhece fornecedores que se destacaram em suas práticas e reforça o alinhamento da cadeia de suprimentos aos objetivos estratégicos da Companhia, aos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e ao Código de Conduta para Fornecedores da Copel, promovendo valores éticos, responsáveis e sustentáveis em toda a cadeia de valor.

8.3.5. Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI

A pesquisa e desenvolvimento tem impacto significativo e positivo no setor elétrico, por consequência na sociedade como um todo, tendo em vista a necessidade de eficiência energética no Brasil e de soluções inovadoras no setor, bem como do volume de recursos que movimenta.

Em 2025 foi aplicado o montante de R\$ 25,2 milhões em PDI, distribuídos em categorias de projetos dentro do escopo da distribuição de energia elétrica, como qualidade e confiabilidade dos serviços, planejamento, segurança, operação, medição, entre outros. Os investimentos previstos para os próximos 3 anos totalizam um montante de R\$ 90,9 milhões.

a. Projetos em destaque concluídos em 2025:



- **Sensoriamento e Auditoria inteligente do ambiente de trabalho:** O projeto apresenta uma solução de Inteligência Artificial com computação de borda que atua como um Guardião da Vida virtual nos trabalhos de construção, operação e manutenção de redes elétricas. A plataforma integra visão computacional, detecção de objetos e sensoriamento, analisando imagens provenientes de câmeras instaladas no local de trabalho ou nos próprios eletricitistas para identificar, em tempo real, desvios operacionais e condições de risco com base nas Regras de Ouro da Copel. Além da atuação descentralizada em campo, o mesmo modelo é aplicado de forma centralizada em servidor para auditoria massiva de vídeos após as atividades, ampliando a cobertura e automatizando a gestão da segurança com mínima dependência humana. A solução também se integra ao Centro de Operação, permitindo comunicação direta, geração de alertas, registro seguro de evidências e análise de padrões para treinamento e melhoria contínua. A implementação do projeto eleva a segurança e a eficiência operacional, acelera a tomada de decisão e fortalece a cultura de prevenção, impactando positivamente trabalhadores, processos e sociedade.
- **Plataforma de baixo custo para testes, pré-certificação e homologação de dispositivos aderentes ao padrão Wi-SUN/FAN:** Este projeto foi criado para garantir que os medidores inteligentes usados pela Copel funcionem bem juntos, mesmo quando são fabricados por empresas diferentes. Isso é importante porque a Copel está implantando uma grande rede elétrica inteligente no Paraná, que atendeu cerca de 1,5 milhão de residências e empresas na primeira fase. Para que essa rede funcione corretamente, os medidores precisam seguir um padrão de comunicação comum. Se isso não acontecer, pode haver problemas como falta de leitura à distância, necessidade de visitas presenciais e perda de benefícios como religação automática e controle do consumo pelo cliente. A solução desenvolvida é uma plataforma de testes de baixo custo, que permite verificar se os medidores estão dentro do padrão e se conseguem se comunicar entre si. Com isso, a Copel e seus fornecedores podem reduzir riscos, evitar custos desnecessários e garantir que a tecnologia seja confiável e expansível. Além de ajudar a Copel, essa plataforma pode ser usada por outras empresas e fabricantes, fortalecendo o uso de padrões abertos e promovendo a interoperabilidade no Brasil e no mundo. O projeto contribui para que a rede elétrica inteligente seja mais segura, eficiente e preparada para o futuro.
- **Desenvolvimento de nova topologia de redes aéreas com cabo coberto com reforço estrutural para regiões rurais:** A Copel está modernizando a rede elétrica rural por meio do programa Paraná Trifásico, que implantou 25 mil km de novas redes em todo o Estado. Somado à isso, o projeto de PDI teve como objetivo propor uma nova configuração de rede protegida, mais moderna, segura e eficiente. O projeto teve como escopo avaliar diferentes materiais e soluções para tornar a rede mais resistente e confiável, como cabos cobertos com reforço estrutural, cruzetas e isoladores mais modernos, além de dispositivos que protegem contra descargas elétricas. Também, estudar formas de facilitar a montagem e a manutenção, garantindo maior durabilidade e segurança para quem trabalha na rede. O resultado dessas melhorias é oferecer energia de melhor qualidade, reduzir interrupções e aumentar a proteção contra acidentes, beneficiando milhares de famílias e produtores rurais em todo o Paraná.

8.3.6. Programa de Eficiência Energética - PEE

O Programa de Eficiência Energética tem o objetivo de promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia, por meio de projetos que sejam viáveis e promovam o combate ao desperdício e a melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos de energia elétrica.

Os recursos para aplicação nestes projetos têm origem na tarifa de energia, sendo um percentual mínimo da ROL regulatória que a distribuidora deve aplicar anualmente, de acordo com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Os projetos são selecionados pela Copel Distribuição através de chamadas públicas anuais, onde consumidores podem apresentar propostas de projetos a serem custeadas com recursos do PEE. Já os projetos prioritários de eficiência energética são realizados pela Aneel, considerando temas de interesse e importância para a sociedade.

Em 2025, a Companhia aplicou R\$ 88,5 milhões em recursos do PEE na execução de 174 projetos. Adicionalmente, conforme a Lei nº 14.120/2021, foram destinados R\$ 18,1 milhões à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), contribuindo para a modicidade tarifária.

No mesmo exercício, foram iniciados os projetos Trocou/Economizou, voltado ao subsídio à aquisição de refrigeradores por consumidores residenciais, com investimento superior a R\$ 30 milhões, e o projeto de eficiência energética em hospitais universitários do Estado do Paraná, com investimento estimado em R\$ 40 milhões.

Também em 2025, o projeto de eficiência energética em escolas concluiu o levantamento de campo, definiu as ações por unidade escolar e iniciou as obras de implantação.



Adicionalmente, encontra-se em execução no município de Rio Bonito do Iguaçu projeto de eficiência energética destinado a consumidores residenciais afetados por evento climático de 07/11/2025, com a instalação de padrões de entrada, com previsão de avaliação e implementação de ações específicas de eficiência energética em etapas subsequentes.

8.4. DIMENSÃO AMBIENTAL

O comprometimento da Copel Distribuição com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima e é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes relacionadas à dimensão ambiental são:

- Afirmar compromisso permanente com a preservação e respeito ao meio ambiente, considerando-o na estratégia corporativa, na tomada de decisão, nos processos de gestão e operação, nos estudos e implementação de novos negócios, e na ampla comunicação com as partes interessadas;
 - Gerir os aspectos, riscos e indicadores ambientais visando à melhoria contínua do desempenho ambiental, a mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos nas suas atividades e negócios, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade;
 - Promover a ecoeficiência em todos os processos da Copel, visando à redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos;
 - Incorporar o tema mudanças do clima no planejamento estratégico, na gestão integrada de riscos corporativos, na avaliação financeira e na identificação de oportunidades, bem como na estratégia dos negócios, principalmente na expansão e operação de seus ativos;
 - Considerar na construção de ativos, as adequadas práticas construtivas e tecnologias permitindo a mínima emissão de gases de efeito estufa, tais como subestação blindada, uso de drones, e outras mais; e
 - Incorporar medidas de adaptação às mudanças do clima na operação e expansão de seus ativos em cada um de seus negócios.
- **Programas de gestão ambiental**

A Copel Distribuição efetua estudos ambientais prévios para implantação dos seus empreendimentos, com o objetivo de identificar e gerenciar potenciais impactos ambientais.

A Companhia se baseia nos resultados dos estudos ambientais para desenvolver programas específicos. Por meio desses programas ambientais, a Copel Distribuição busca preservar, recuperar e mitigar os impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos, sobretudo em florestas e áreas urbanas arborizadas.

8.4.3. Ecoeficiência

A Copel, de forma corporativa, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar as ações voltadas a redução do consumo de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos. Além disso, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.



8.4.4. Mudanças do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Entre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030.

Adicionalmente, a Companhia tem desenvolvido tecnologia para melhorar a gestão da distribuição de eletricidade com a modernização dos ativos e ampliação do Programa Smart Grid, de redes inteligentes, que reduz significativamente os deslocamentos das equipes reduzindo assim a emissão de gases de efeito estufa.

Os estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências, tendo em vista que, os efeitos da mudança do clima incidem diretamente sobre os negócios da Copel Distribuição, impactando sua operação.

Além disso, a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) da Companhia considera metas ESG, sendo algumas relacionadas ao Plano de Neutralidade, considerando as especificidades de cada subsidiária integral e de cada diretoria da Copel Holding.

8.4.5. Biodiversidade

A Companhia desenvolve ações para prevenir, minimizar, recuperar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas em que está presente.

As ações em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões vegetais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de distribuição de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais.

8.4.6. Informações adicionais

No Relato Integrado da Copel é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água, materiais e resíduos, Inventário de Emissões de gases de efeito estufa, e demais informações relacionadas à gestão ambiental da Companhia.



8.5. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL					
Em dezembro de 2025 e 2024					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
		2025		2024	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 24	Receita Líquida - RL	19.202.210		17.030.454	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Remuneração dos administradores	2.765	0,0	1.853	0,0
	Remuneração dos empregados	370.772	1,9	449.776	2,6
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	82.120	0,4	93.844	0,6
	Encargos sociais compulsórios	132.458	0,7	156.356	0,9
	Plano previdenciário	31.736	0,2	38.919	0,2
	Saúde (Plano assistencial)	149.374	0,8	159.481	0,9
	Capacitação e desenvolvimento profissional	8.208	0,0	10.874	0,1
NE 25.3	Provisões Prêmio por Desempenho e Participação nos Lucros	99.037	0,5	110.956	0,7
NE 25.3	Incentivos de longo prazo - ILP	965	0,0	227	0,0
NE 25.3	Indenizações Trabalhistas	12.529	0,1	13.342	0,1
	Cultura	997	0,0	1.591	0,0
	Creches ou auxílio-creche	537	0,0	548	0,0
	Segurança e saúde no trabalho	4.088	0,0	3.107	0,0
	Educação	888	0,0	1.157	0,0
	Benefício maternidade prorrogado	136	0,0	278	0,0
	Vale transporte excedente	78	0,0	60	0,0
	Total	896.688	4,7	1.042.369	6,1
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Cultura	13.222	0,1	12.191	0,1
	Saúde e saneamento	—	0,0	—	0,0
	Esporte	19.805	0,1	17.120	0,1
	Programa Casa Fácil PR	—	0,0	1.904	0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	—	0,0	—	0,0
	Fundo Nacional do Idoso	—	0,0	—	0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	44.737	0,2	62.327	0,4
	Programa de Eficiência Energética e Procel	99.823	0,5	68.656	0,4
	Outros	273	0,0	3.553	0,0
	Total das contribuições para a sociedade	177.860	0,9	165.751	1,0
	Tributos (excluídos encargos sociais)	9.497.733	49,5	8.319.978	48,9
	Total	9.675.593	50,4	8.485.729	49,8
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	1.251.188	6,5	827.292	4,9
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	492	0,0	144	0,0
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	5	0,0	70	0,0
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	113	0,0	192	0,0
	Total	1.251.798	6,5	827.698	4,9
(1)	Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício		1		0
	Sanções ambientais administrativas no exercício		7		4
	Valor das sanções ambientais (R\$ Mil)		10		31
	Metas ambientais		2.025		Metas 2026
	- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%		() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51% a 75% (x) cumpre de 76% a 100%	

NE - Nota Explicativa

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2025			2024		
Empregados no final do período				3.110			3.199
Admissões e readmissões durante o período				293			2
Escolaridade dos empregados(as):		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Extensão universitária		643	284	927	612	266	878
Ensino superior		923	279	1.202	924	290	1.214
Ensino técnico		586	22	608	273	11	284
Ensino médio		289	83	372	711	107	818
Ensino fundamental		1	0	1	5	0	5
Faixa etária dos empregados(as):							
De 18 até 30 anos (exclusive)				108			3
De 30 até 45 anos (exclusive)				1.658			1.875
De 45 até 60 anos (exclusive)				1.322			1.278
60 anos ou mais				22			43
Mulheres que trabalham na empresa				668			674
% Mulheres em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de mulheres				6,1			6,5
em relação ao nº total de gerentes				19,9			19,6
Negros(as) que trabalham na empresa				461			452
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de negros(as)				4,3			4,6
em relação ao nº total de gerentes				9,7			9,3
Portadores(as) de necessidades especiais				93			103
Dependentes				12.631			12.437
Terceirizados				8.724			10.245
(2)	Aprendiz (es)			37			95
(2)	Estagiários(as)			238			295
Empregados com mais de 10 anos de serviço				2.728			2.969
Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores				38			38
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos				2.904			3.050
Processos trabalhistas							
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício				2.715			2.714
Nº de processos incluídos no exercício				1.150			1.214
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício				1.212			1.407
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL							
(3)	Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)			58			81
(4)	Número total de reclamações e críticas de consumidores:						
	na empresa			27.660			20.714
	de segundo nível			12.819			5.395
	na Justiça			12.899			10.634
	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:						
	na empresa			100,0%			100,0%
	de segundo nível			100,0%			100,0%
	na Justiça			22,9%			23,1%

		2025		Metas 2026	
	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por		direção e gerências		direção e gerências
	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		todos + Cipa		todos + Cipa
	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:		incentiva e segue a OIT		incentivará e seguirá a OIT
	A previdência privada contempla:		todos		todos
	A participação dos lucros ou resultados contempla:		todos		todos
	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		são exigidos		serão exigidos
	Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:		organiza e incentiva		organizará e incentivará
7 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		2025		2024	
Valor adicionado total a distribuir		12.940.615		11.551.913	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):					
	Terceiros		11,3%		9,2%
	Pessoal		6,0%		7,6%
	Governo		74,4%		73,4%
	Acionistas		3,2%		3,6%
	Retido		5,1%		5,2%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socio ambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(4) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov e Aneel julgadas procedentes.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025



Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	400.104	1.734.522
Cauções e depósitos vinculados		9	9
Clientes	6	3.352.890	3.267.284
Ativos financeiros setoriais	7	400.463	—
Outros créditos	10	566.597	541.676
Estoques		136.475	95.620
Imposto de renda e contribuição social		155.526	101.406
Outros tributos a recuperar	11.2	412.290	979.880
Despesas antecipadas		37.905	42.066
Partes relacionadas	28	8.145	7.306
		5.470.404	6.769.769
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	3.260	3.159
Clientes	6	155.712	116.180
Depósitos judiciais	12	189.863	190.181
Ativos financeiros setoriais	7	400.463	—
Contas a receber vinculadas à concessão	9	3.679.554	2.610.731
Ativos de contrato	8	824.829	1.701.448
Outros créditos	10	116.176	65.322
Imposto de renda e contribuição social		65.069	59.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	756.060	918.078
Outros tributos a recuperar	11.2	985.960	1.182.616
		7.176.946	6.847.655
Investimentos		441	442
Intangível	13	11.868.128	9.788.358
Direito de uso de ativos	20.1	131.651	161.079
		19.177.166	16.797.534
TOTAL DO ATIVO		24.647.570	23.567.303

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	192.216	265.757
Partes relacionadas	28	21.396	11.482
Fornecedores	15	2.404.261	1.792.275
Outras obrigações fiscais	11.2	505.286	252.462
Empréstimos e financiamentos	16	3.225	2.971
Debêntures	17	882.141	908.720
Dividendos a pagar		467.500	663.654
Benefícios pós-emprego	18.2	82.036	66.352
Encargos do consumidor a recolher		47.125	23.598
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	83.811	161.074
Passivos financeiros setoriais	7	883.990	935.322
Passivo de arrendamentos	20.2	43.746	41.959
Outras contas a pagar	21	194.191	273.479
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.3	119.280	580.000
		5.930.204	5.979.105
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	693	30
Outras obrigações fiscais	11.2	239.452	291.195
Empréstimos e financiamentos	16	749.299	750.733
Debêntures	17	7.350.547	6.205.483
Benefícios pós-emprego	18.2	894.251	718.933
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	304.115	234.277
Passivos financeiros setoriais	7	—	142.488
Passivo de arrendamentos	20.2	99.711	127.277
Outras contas a pagar	21	27.785	6.275
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.3	661.273	1.000.588
Provisões para litígios	22.1	434.551	445.335
		10.761.677	9.922.614
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23.1	5.372.206	5.372.206
Adiantamento para futuro aumento de capital		613	—
Reservas de capital	23.3	2.474	166
Ajustes de avaliação patrimonial	23.2	(112.082)	(420)
Reserva legal	23.4	445.526	391.901
Reserva de retenção de lucros	23.4	2.198.739	1.778.071
Dividendo adicional proposto	23.5	48.213	123.660
		7.955.689	7.665.584
TOTAL DO PASSIVO		24.647.570	23.567.303

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	19.202.210	17.030.454
Custos Operacionais	25	(16.279.347)	(14.300.083)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.922.863	2.730.371
Despesas com vendas	25	(130.412)	(111.790)
Despesas gerais e administrativas	25	(431.046)	(396.394)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(283.496)	(239.896)
		(844.954)	(748.080)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.077.909	1.982.291
Resultado Financeiro	26		
Receitas financeiras		643.829	516.031
Despesas financeiras		(1.429.691)	(1.041.951)
		(785.862)	(525.920)
LUCRO OPERACIONAL		1.292.047	1.456.371
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.4		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(219.541)	(322.349)
		(219.541)	(322.349)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.072.506	1.134.022
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais			
Ações ordinárias	23.6	0,19964	0,21109
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais			
Ações ordinárias	23.6	0,19962	0,21109

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.072.506	1.134.022
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais			
Benefícios pós-emprego	18.3	(169.185)	247.774
Tributos sobre outros resultados abrangentes		57.523	(84.243)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		(111.662)	163.531
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		960.844	1.297.553

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
						Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		5.372.206	—	—	(163.951)	335.200	1.239.410	—	—	6.782.865
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	1.134.022	1.134.022
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos		—	—	—	163.531	—	—	—	—	163.531
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	163.531	—	—	—	1.134.022	1.297.553
Incentivos de longo prazo		—	—	166	—	—	—	—	—	166
Destinação proposta à A.G.O.:										
Reserva legal	23.5	—	—	—	—	56.701	—	—	(56.701)	—
Dividendos intercalares (JCP)	23.5	—	—	—	—	—	—	—	(415.000)	(415.000)
Dividendos (JCP)	23.5	—	—	—	—	—	—	123.660	(123.660)	—
Reserva de retenção de lucros		—	—	—	—	—	538.661	—	(538.661)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.372.206	—	166	(420)	391.901	1.778.071	123.660	—	7.665.584
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	1.072.506	1.072.506
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos		—	—	—	(111.662)	—	—	—	—	(111.662)
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	(111.662)	—	—	—	1.072.506	960.844
Incentivos de longo prazo	23.3	—	613	2.308	—	—	—	—	—	2.921
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	—	—	(183.882)	—	(366.118)	(550.000)
Deliberação do Dividendo adicional proposto		—	—	—	—	—	—	(123.660)	—	(123.660)
Destinação proposta à A.G.O.:										
Reserva legal	23.5	—	—	—	—	53.625	—	—	(53.625)	—
Dividendo adicional proposto	23.5	—	—	—	—	—	—	48.213	(48.213)	—
Reserva de retenção de lucros		—	—	—	—	—	604.550	—	(604.550)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		5.372.206	613	2.474	(112.082)	445.526	2.198.739	48.213	—	7.955.689

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.072.506	1.134.022
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa pelas atividades operacionais:			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		1.255.724	942.397
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	24.1	(161.244)	(82.424)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	6.089	3.265
Baixas de ativos de contrato	8	20.453	14.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.4	219.541	322.349
Incentivos de longo prazo	25.3	3.125	166
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.3	150.524	164.921
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19.1	164.663	146.526
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	24.1	(2.587.485)	(923.725)
Amortização	25	712.266	592.226
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	25.3	12.529	13.343
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	25.5	243.696	243.470
Resultado das baixas de intangível	13	147.917	75.644
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	20.1 e 20.2	225	(4.179)
Ajuste a valor justo de instrumentos da dívida e Hedge (swap)	26	27.237	-
		1.287.766	2.642.497
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(224.675)	(378.334)
Ativos financeiros setoriais		705.732	354.421
Depósitos judiciais		20.625	12.265
Outros créditos		(75.606)	(126.871)
Estoques		(40.855)	36.307
Imposto de renda e contribuição social		(145.441)	(109.071)
Outros tributos a recuperar		(167.307)	(46.628)
Despesas antecipadas		4.161	(4.259)
Partes relacionadas		(839)	2.098
		75.795	(260.072)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		15.130	(132.192)
Partes relacionadas		9.914	(468)
Fornecedores		563.918	185.133
Outras obrigações fiscais		1.132.327	813.588
Benefícios pós-emprego	18.3	(128.707)	(140.328)
Encargos do consumidor a recolher		23.527	(21.191)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	19	(195.333)	(260.045)
Outras contas a pagar		(78.596)	102.502
Provisões para litígios quitadas	22.1	(215.948)	(256.186)
		1.126.232	290.813
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.2	(110.297)	(89.518)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(722.426)	(651.036)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	20.2	(17.318)	(18.807)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		1.639.752	1.913.877

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(101)	(2.154)
Aquisições de ativos de contrato		(3.213.495)	(2.443.593)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		309.835	268.692
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.903.761)	(2.177.055)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	3.000.000	2.250.000
Custos de transação na emissão de debêntures, empréstimos e financiamentos	16.2 e 17.2	(43.734)	(56.884)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.2	(1.909)	(5.818)
Amortizações de principal de debêntures	17.2	(2.184.147)	(550.000)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	20.2	(53.304)	(54.056)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(787.315)	(212.250)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(70.409)	1.370.992
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.334.418)	1.107.814
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.734.522	626.708
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	400.104	1.734.522
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.334.418)	1.107.814

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2025		31.12.2024	
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	22.359.563		21.266.706	
Receita de construção	3.027.524		2.427.298	
Valor justo do ativo indenizável da concessão	161.244		82.424	
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.587.485		923.725	
Outras receitas	42.457		48.766	
Perdas de crédito esperadas	(99.365)		(75.403)	
	28.078.908		24.673.516	
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	8.892.106		7.634.931	
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	2.522.083		2.519.485	
Material, insumos e serviços de terceiros	975.031		819.995	
Custo de construção	2.863.211		2.254.304	
Perda / Recuperação de valores ativos	179.253		119.457	
Outros insumos	202.299		230.996	
	15.633.983		13.579.168	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	12.444.925		11.094.348	
(-) Amortização	712.266		592.226	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	11.732.659		10.502.122	
(+) Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	643.829		516.031	
Outras receitas	564.127		533.760	
	1.207.956		1.049.791	
	12.940.615		11.551.913	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2025	%	31.12.2024	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	429.947		494.879	
Planos previdenciário e assistencial	153.082		168.977	
Auxílio alimentação e educação	55.780		65.963	
Encargos sociais - FGTS	19.945		24.296	
Incentivos de longo prazo	3.125		227	
Programa de desligamentos voluntários	12.529		13.343	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros	99.037		110.956	
	773.445	6,0	878.641	7,6
Governo				
Federal				
Tributos	1.538.648		1.437.968	
Encargos setoriais	4.618.862		3.707.349	
Estadual	3.469.957		3.328.187	
Municipal	2.724		2.830	
	9.630.191	74,4	8.476.334	73,4
Terceiros				
Juros	1.441.353		1.052.854	
Arrendamentos e aluguéis	23.120		10.060	
Doações, subvenções e contribuições	—		2	
	1.464.473	11,3	1.062.916	9,2
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	658.175		595.362	
Juros sobre o capital próprio	366.118		415.000	
Dividendo adicional proposto	48.213		123.660	
Receitas	1.072.506	8,3	1.134.022	9,8
Venda de energia e outros serviços	12.940.615		11.551.913	

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2025
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Copel DIS ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, é uma companhia aberta registrada na categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel) que opera na distribuição regulada de energia elétrica.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Contrato de Concessão são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26.02.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nºs 3.1.6 e 17 - Instrumentos financeiros derivativos: apuração do valor justo nas operações de swap e hedge;
- NEs nºs 3.2 e 7 - Ativos e passivos financeiros setoriais: previsão de valores que serão contemplados no processo de revisão tarifária;
- NEs nºs 3.4 e 9 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nºs 3.5 e 13 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.6.1 e 6.2 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.7 e 22 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;



- NEs nºs 3.7 e 11.3.1 - Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins: avaliação dos montantes que podem ser exigidos para devolução aos consumidores;
- NE nº 3.8 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nºs 3.9 e 11.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;
- NEs nºs 3.10 e 18 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nºs 3.11 e 23.3 - Remuneração baseada em ações: apuração do valor justo das outorgas dos planos de Incentivos de Longo Prazo – ILP
- NEs nºs 3.12 e 20 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões públicas de longo prazo; (ii) valor do patrimônio líquido (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida. Em janeiro de 2026, conforme divulgado na NE nº 32, foram efetuadas novas captações que reverteram a condição do capital circulante líquido negativo.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.



3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5. Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.1.6. Instrumentos financeiros derivativos - Operações de SWAP e Hedge

A Companhia efetua operações de proteção de exposições aos riscos de taxa de juros de dívidas, através de contratos de swap, os quais são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. As variações nos valores justos dos derivativos são reconhecidas no resultado financeiro.

Para fins de redução na volatilidade do resultado e transparência dos efeitos do gerenciamento de capital, a Companhia adota a contabilidade de hedge. As dívidas da Companhia que são objeto de hedge são designadas como "hedge de valor justo", de modo que a variação dos valores justos tanto dos instrumentos de hedge quanto dos objetos de hedge são registradas no resultado financeiro.

3.2. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

A Companhia registra as variações dos ativos e passivos financeiros setoriais com o objetivo de manter a neutralidade entre os valores faturados das tarifas dos consumidores, para cobertura dos custos de energia, de encargos e outros itens relacionados, e o previsto em cobertura tarifária, conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição.



Os valores são atualizados até a data do reajuste/revisão tarifária e, após a homologação da Aneel, a nova tarifa é aplicada para o ano tarifário vigente, proporcionando cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos, os quais passam a ser amortizados.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da “Parcela A” - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização, mantendo-se resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

3.3. Ativos de Contrato

Representa o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da entrada em operação os ativos são transferidos para o ativo intangível, no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o contas a receber vinculados à concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

3.4. Contas a receber vinculadas à concessão

A parcela reconhecida como ativo financeiro refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, sem recuperação, por meio da tarifa.

Os fluxos de caixa vinculados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é registrado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

3.5. Intangível

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado. É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão. Durante a fase de construção da infraestrutura os custos são classificados como ativos de contrato (NE 3.3).

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos – impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.6.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.6.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado periodicamente e em caso de reversão de perdas estimadas em exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.



3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. Para o cálculo de temas que são repetitivos, utiliza-se a experiência histórica da companhia com casos semelhantes para estimar o desfecho mais provável para o conjunto de processos.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.8. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida.

3.8.1. Receita de Fornecimento – Tarifa de Energia (TE)

A receita de fornecimento é suportada pelos contratos de adesão dos consumidores de baixa tensão e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão, sendo que o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período.

O faturamento da energia elétrica vendida é efetuado mensalmente com base na medição realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas utilizando as tarifas de energia homologadas pela Aneel.

Para adequação do consumo no período de competência, é registrada receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento.

3.8.2. Receita de disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita da disponibilidade da rede elétrica a seus clientes cativos e livres que utilizam os sistemas de distribuição. O faturamento e o registro da receita não faturada são efetuados mensalmente e tem como base a medição realizada. O valor justo da contraprestação é calculado de acordo com tarifa de uso do sistema (TUSD) homologada pela Aneel.

São registradas ainda, deduzidas da receita de disponibilidade, as compensações pagas aos consumidores cativos, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, os quais indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela Aneel, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

3.8.3. Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição são contabilizadas conforme o estágio de execução da obra. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para a atividade de distribuição de energia resulta em valores não significativos, o que leva ao seu não reconhecimento na receita de construção.



3.8.4. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.10. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica). Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). Para o plano assistencial que tem benefício pós emprego (Prosaúde II), o valor do passivo assistencial é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.11. Remuneração baseada em ações

A Companhia opera planos de Incentivos de Longo Prazo – ILP, através dos quais recebe os serviços prestados pelos Participantes Elegíveis (Administradores e/ou Empregados) e estes são liquidados com instrumentos patrimoniais (ações). O valor total da despesa é reconhecido no resultado, na rubrica de pessoal e administradores, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período de aquisição dos direitos (vesting period).

O valor reconhecido como despesa é ajustado periodicamente para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições de tempo e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que efetivamente atendam às condições na data de aquisição (vesting date). O valor justo dos serviços recebidos é mensurado de forma indireta, tomando por base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, o qual é mensurado na data de outorga das ações e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.



3.12. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.13. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.14. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.15. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	170.613	77.721
Aplicações financeiras de liquidez imediata	229.491	1.656.801
	400.104	1.734.522



Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 95,0% e 102,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96 a 100,1%	3.260	3.159
	Não circulante	3.260	3.159

A Companhia possui títulos e valores mobiliários, que rendem taxas de juros variáveis. O prazo do títulos variam de 8 a 36 meses a partir do final do período. O saldo está registrado no ativo não circulante pois se refere a recursos vinculados à garantia financeira de contratos de longo prazo.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos		31.12.2025	31.12.2024
		até 90	mais de 90		
Consumidores					
Residencial	557.650	274.038	29.879	861.567	768.811
Industrial	192.388	20.188	17.351	229.927	242.413
Comercial	319.597	72.664	21.035	413.296	384.304
Rural	117.539	34.638	3.302	155.479	146.582
Poder público	57.022	5.757	287	63.066	61.976
Iluminação pública	32.409	74	–	32.483	32.578
Serviço público	25.175	702	270	26.147	34.491
Encargos de uso da rede	198.192	4.945	5.751	208.888	177.683
Parcelamento de débitos (6.1)	274.065	26.182	83.824	384.071	360.928
Subsídio baixa renda - Eletrobras	42.357	–	–	42.357	46.630
Receita não faturada	934.124	–	–	934.124	933.929
Outros créditos	67.572	26.691	16.199	110.462	182.065
	2.818.090	465.879	177.898	3.461.867	3.372.390
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	3.465	1.072	–	4.537	5.264
CCEE	140.741	–	–	140.741	91.231
Receita não faturada	2.163	–	–	2.163	2.345
	146.369	1.072	–	147.441	98.840
(-) Perdas de créditos esperadas (6.2)	(9.568)	(17.634)	(73.504)	(100.706)	(87.766)
	2.954.891	449.317	104.394	3.508.602	3.383.464
Circulante	2.799.179	449.317	104.394	3.352.890	3.267.284
Não circulante	155.712	–	–	155.712	116.180

6.1. Parcelamento de débitos

	31.12.2025	31.12.2024
Residencial	99.097	106.440
Industrial	69.950	77.038
Comercial	298.725	181.104
Rural	9.212	10.058
Poderes públicos	4.647	5.011
Iluminação pública	419	454
Serviço público	1.931	2.074
(-) Ajuste a valor presente	(99.910)	(21.251)
	384.071	360.928



O parcelamento de débitos vencidos poderá ser concedido mediante solicitação do consumidor com base nos critérios e condições que consideram o percentual mínimo de entrada, a quantidade de parcelas, bem como exigências de garantias, a depender do valor do débito.

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 31.12.2025, estão a valor presente, e consideram o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, de 1,2% a.m. (1,28% a.m. em 31.12.2024).

6.2. Perdas / reversões de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2024	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2024	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2025
Consumidores							
Residencial	55.602	37.948	(58.216)	35.334	74.702	(66.126)	43.910
Industrial	10.652	3.150	(2.112)	11.690	(795)	2.256	13.151
Comercial	65.639	25.899	(57.742)	33.796	23.978	(21.411)	36.363
Rural	3.333	2.824	(2.891)	3.266	2.254	(2.357)	3.163
Poder público	326	68	13	407	(27)	125	505
Iluminação pública	22	6	—	28	3	—	31
Serviço público	1.379	(634)	76	821	38	209	1.068
Não faturado	717	(359)	—	358	28	—	386
Ajuste a valor presente	(3.801)	1.725	—	(2.076)	554	—	(1.522)
	133.869	70.627	(120.872)	83.624	100.735	(87.304)	97.055
Concessionárias e permissionárias	2.218	2.512	(588)	4.142	(1.198)	707	3.651
	136.087	73.139	(121.460)	87.766	99.537	(86.597)	100.706

7. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre os saldos considerados na cobertura tarifária para cobrir os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, resultando em um saldo a receber pela distribuidora ou a ressarcir para os consumidores. O saldo atual é constituído por valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário e por valores que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

	31.12.2025			31.12.2024		
	Saldos a amortizar	Próximos reajustes	Total	Saldos a amortizar	Próximos reajustes	Total
Ciclo 2023-2024	—	—	—	(792.834)	—	(792.834)
Ciclo 2024-2025	(883.990)	—	(883.990)	—	(284.976)	(284.976)
Ciclo 2025-2026	—	800.926	800.926	—	—	—
Total	(883.990)	800.926	(83.064)	(792.834)	(284.976)	(1.077.810)
Ativo Circulante			400.463			—
Ativo Não Circulante			400.463			—
Passivo Circulante			(883.990)			(935.322)
Passivo Não Circulante			—			(142.488)

7.1. Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1º.01.2025	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanco Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.12.2025
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	78.791	109.999	(21.659)	13.307	—	—	180.438
Transporte de energia pela rede básica	402.395	98.764	(340.198)	30.053	—	—	191.014
Transporte de energia de Itaipu	29.570	5.255	(25.871)	85	—	—	9.039
Energia elétrica comprada para revenda	(62.124)	721.685	154.935	15.948	—	(451.583)	378.861
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(64.789)	350.530	(19.127)	6.960	—	—	273.574
Proinfa	(7.720)	42.104	(16.191)	3.934	—	—	22.127
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	112.685	(9.646)	(65.358)	5.273	—	(45.184)	(2.230)
	488.808	1.318.691	(333.469)	75.560	—	(496.767)	1.052.823
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(481.263)	(392.087)	459.507	(24.873)	—	—	(438.716)
Devolução Pis e Cofins (NE n.º 11.3)	(568.455)	—	1.017.539	—	(864.545)	—	(415.461)
Devoluções tarifárias	(172.956)	(94.351)	129.927	(4.518)	—	—	(141.898)
Neutralidade	(276.986)	(153.256)	285.023	(7.254)	—	—	(152.473)
Sobrecontratação	234.071	265.156	(171.122)	16.034	—	(194.846)	149.293
Mecanismo atenuação tarifária	(242.372)	(217.211)	262.497	(45.758)	—	—	(242.844)
CDE Escassez hídrica	—	(58.086)	31.728	(2.995)	—	—	(29.353)
CDE Eletrobrás	(38.889)	37.956	4.484	(1.940)	(13.164)	—	(11.553)
Antecipação do banco de geração distribuída	—	189.204	—	—	—	—	189.204
Demais	(19.768)	(34.134)	39.489	(26.718)	(955)	—	(42.086)
	(1.566.618)	(456.809)	2.059.072	(98.022)	(878.664)	(194.846)	(1.135.887)
	(1.077.810)	861.882	1.725.603	(22.462)	(878.664)	(691.613)	(83.064)

	Saldo em 1º.01.2024	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanco Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.12.2024
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	106.559	73.899	(108.421)	6.754	—	—	78.791
Transporte de energia pela rede básica	601.156	258.551	(515.559)	58.247	—	—	402.395
Transporte de energia de Itaipu	54.593	15.689	(46.482)	5.770	—	—	29.570
Energia elétrica comprada para revenda	(557.164)	153.184	466.293	(43.429)	—	(81.008)	(62.124)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.281	(50.074)	(18.442)	2.446	—	—	(64.789)
Proinfa	(14.494)	(15.485)	23.969	(1.710)	—	—	(7.720)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	142.482	128.496	(103.966)	11.938	—	(66.265)	112.685
	334.413	564.260	(302.608)	40.016	—	(147.273)	488.808
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(475.401)	(430.730)	445.336	(20.468)	—	—	(481.263)
Devolução Pis e Cofins (NE n.º 11.3)	(702.895)	—	1.317.355	—	(1.182.915)	—	(568.455)
Devoluções tarifárias	(181.607)	(97.904)	113.258	(6.703)	—	—	(172.956)
Neutralidade	(19.622)	(395.710)	154.354	(16.008)	—	—	(276.986)
Sobrecontratação	634.194	150.068	(390.911)	25.573	—	(184.853)	234.071
Bônus Itaipu	(3.243)	—	(55.741)	—	58.984	—	—
Mecanismo atenuação tarifária	—	(234.789)	—	(7.583)	—	—	(242.372)
CDE Eletrobrás	(41.880)	66.074	22.929	(4.733)	(81.279)	—	(38.889)
Demais	(17.004)	(14.607)	13.091	(1.248)	—	—	(19.768)
	(807.458)	(957.598)	1.619.671	(31.170)	(1.205.210)	(184.853)	(1.566.618)
	(473.045)	(393.338)	1.317.063	8.846	(1.205.210)	(332.126)	(1.077.810)



8. Ativos de Contrato

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2024	2.284.966	(83.008)	2.201.958
Adições	2.465.040	–	2.465.040
Participação financeira do consumidor	–	(268.692)	(268.692)
Transferências para o intangível (NE n.º 13)	(2.303.950)	200.428	(2.103.522)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE n.º 9)	(630.818)	51.998	(578.820)
Transferências para bens destinados a alienação	(20)	–	(20)
Baixas	(14.496)	–	(14.496)
Em 31.12.2024	1.800.722	(99.274)	1.701.448
Adições	3.268.885	–	3.268.885
Participação financeira do consumidor	–	(309.835)	(309.835)
Transferências para o intangível (NE n.º 13)	(3.152.515)	250.967	(2.901.548)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE n.º 9)	(995.396)	81.728	(913.668)
Baixas	(20.453)	–	(20.453)
Em 31.12.2025	901.243	(76.414)	824.829

Saldo composto por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais. À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos para o Ativo intangível (NE n.º 13) e para Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE n.º 9), conforme a forma da remuneração. O quadro abaixo apresenta os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados durante a fase de construção:

	31.12.2025	31.12.2024
Encargos financeiros capitalizados	15.364	19.187
Taxa média	0,18%	0,25%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2024	1.954.679
Transferências de ativos de contrato (NE n.º 8)	578.820
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.927)
Reconhecimento do valor justo	82.424
Baixas	(3.265)
Em 31.12.2024	2.610.731
Transferências de ativos de contrato (NE n.º 8)	913.668
Reconhecimento do valor justo	161.244
Baixas	(6.089)
Em 31.12.2025	3.679.554

O saldo corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão e que, conforme previsão contratual, será indenizado pelo Poder Concedente ao final da concessão.



10. Outros Créditos

	31.12.2025	31.12.2024
Serviços em curso (a)	197.219	193.900
Repasse CDE (NE nº 10.1)	394.814	325.657
Bandeira tarifária - CCRBT	17.561	10.076
Alienações e desativações em curso	31.067	33.902
Adiantamento a empregados	7.333	7.805
Outros créditos	34.779	35.658
	682.773	606.998
	Circulante	566.597
	Não circulante	116.176
		541.676
		65.322

(a) Referem-se, em sua maioria, aos gastos relacionados aos projetos em execução relacionados a projetos de P&D e PEE que, após concluídos, são compensados com o respectivo passivo (NE nº 19).

10.1. Repasse CDE

Saldo a receber da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para cobertura dos descontos tarifários (Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013), sendo a quota mensal estipulada em Reajuste/Revisão Tarifária Anual. Mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário.

	31.12.2025	31.12.2024
Repasse CDE cota	88.979	141.619
Diferenças a receber durante o ciclo tarifário 2024-2025	143.611	81.610
Estimativa diferenças a receber	162.224	102.428
	394.814	325.657

Valores das cotas para os períodos:

	Previsão	Ajuste	Repasse mensal
Resolução Homologatória nº 3.472/2025 - período junho/25 a maio/26	88.979	17.951	106.930
Resolução Homologatória nº 3.336/2024 - período junho/24 a maio/25	70.810	11.659	82.469
Resolução Homologatória nº 3.209/2023 - período junho/23 a maio/24	55.116	5.251	60.367

11. Tributos

11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	1º.01.2024	Resultado	Resultado abrangente	31.12.2024	Resultado	Resultado abrangente	31.12.2025
Ativo não circulante							
Provisão destinação de crédito de PIS/Cofins	649.411	(112.012)	–	537.399	(276.022)	–	261.377
Benefícios pós-emprego	342.797	8.365	(84.243)	266.919	6.203	57.523	330.645
Provisões para litígios	167.784	(22.618)	–	145.166	3.116	–	148.282
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	31.410	49.948	–	81.358	103.909	–	185.267
Passivo de arrendamentos	47.335	(406)	–	46.929	1.846	–	48.775
Perdas de créditos esperadas	46.161	(15.796)	–	30.365	3.802	–	34.167
Provisões por desempenho e participação nos lucros	38.778	306	–	39.084	(6.634)	–	32.450
Programa de desligamentos voluntários	135.066	(107.310)	–	27.756	(22.372)	–	5.384
Provisão para P&D e PEE	65.789	(49.705)	–	16.084	(16.084)	–	–
Outros	126.276	(74.502)	–	51.774	39.142	–	90.916
	1.650.807	(323.730)	(84.243)	1.242.834	(163.094)	57.523	1.137.263
(-) Passivo não circulante							
Contratos de concessão	213.580	20.104	–	233.684	46.478	–	280.162
Direito de uso de ativos	44.856	–	–	44.856	607	–	45.463
Custo transação s/ empréstimos e debêntures	23.830	9.201	–	33.031	5.277	–	38.308
Atualização de depósitos judiciais	40.412	(28.045)	–	12.367	4.085	–	16.452
Outros	3.459	(2.641)	–	818	–	–	818
	326.137	(1.381)	–	324.756	56.447	–	381.203
Líquido	1.324.670	(322.349)	(84.243)	918.078	(219.541)	57.523	756.060



11.1.1. Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins: serão realizados a medida do repasse dos valores nos processos de revisão e reajuste tarifário homologados pelo órgão regulador, caso ocorra, ou pela reversão da respectiva provisão;
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros, considerando o limite estabelecido na legislação; e
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2026	402.347	(17.564)
2027	260.004	(9.969)
2028	115.979	(7.310)
2029	49.230	(6.262)
2030	30.177	(9.254)
2031 a 2033	93.705	(19.571)
Após 2033	185.821	(311.273)
	1.137.263	(381.203)

11.2. Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	184.555	158.248
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	226.935	810.703
Outros tributos a compensar	800	10.929
	412.290	979.880
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	279.571	203.410
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	649.154	927.063
Outros tributos a compensar	57.235	52.143
	985.960	1.182.616



	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante		
ICMS a recolher	242.967	177.216
IRRF sobre JCP	61.509	—
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	72.501	66.852
Parcelamento ICMS	8.030	4.712
PIS/Pasep e Cofins a recolher	99.917	—
Outros tributos	20.362	3.682
	505.286	252.462
Passivo não circulante		
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	223.545	272.980
ICMS a recolher	10.966	10.966
Parcelamento ICMS	4.941	7.249
	239.452	291.195

Saldo de ativos e passivos apresentados de forma líquida, considerando o direito e a intenção da Companhia de realizar o ativo e o passivo em bases líquidas.

(a) No saldo estão contidos valores referente a crédito de Pis e Cofins sobre ICMS (NE nº 11.3)

11.3. Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Saldo decorrente do trânsito em julgado ocorrido em junho de 2020, referente ação movida pela Copel DIS em 2009, que reconheceu o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída.

O crédito tributário atualizado no ativo, após a habilitação dos créditos junto à Receita Federal, vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher, desde junho de 2021 para o crédito da Cofins, e desde janeiro de 2024 para o crédito do PIS. O ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais, respeitando os prazos e limites estabelecidos pela legislação tributária vigente.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo.

Em 1º.01.2024		2.665.864
Atualização monetária		144.444
Compensação com tributos a recolher		(1.087.281)
Em 31.12.2024		1.723.027
Atualização monetária		99.441
Compensação com tributos a recolher		(964.794)
Em 31.12.2025		857.674
	Circulante	218.671
	Não Circulante	639.003

11.3.1. Pis e Cofins a restituir para consumidores e Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

O quadro a seguir apresenta a movimentação da provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins, decorrente dos valores em discussão para devolução ao consumidor. Os valores vêm sendo restituídos aos consumidores via processo tarifário à medida que os créditos tributários no ativo são compensados.

	Passivo a restituir para consumidores	Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins	Total
Em 1º.01.2024	731.726	1.909.775	2.641.501
Atualização monetária	78.675	43.327	122.002
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(810.401)	(372.514)	(1.182.915)
Em 31.12.2024	—	1.580.588	1.580.588
Atualização monetária	—	64.510	64.510
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais (a)	—	(864.545)	(864.545)
Em 31.12.2025	—	780.553	780.553
	Circulante	119.280	119.280
	Não circulante	661.273	661.273

(a) Valor definido no reajuste tarifário da Copel DIS de 24.06.2025 com efeito redutor na tarifa durante a vigência do ciclo tarifário 2025-2026.



A Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, movida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, questionando a Lei nº 14.385/2022, foi julgada parcialmente procedente em 14.08.2025, resultando na confirmação da constitucionalidade desta lei. No entanto, conforme Acórdão publicado em 10.12.2025, determinou-se ainda: (i) que se observe o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada; (ii) que permita-se a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (iii) que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Em que pese a publicação do Acórdão, ainda restaram algumas questões a serem dirimidas pelo STF, em especial algumas contradições com o que foi discutido durante o julgamento pelos Ministros e o que constou do Acórdão acerca da aplicação do prazo prescricional.

Diante disso a ABRADÉE apresentou recurso de embargos de declaração, razão pela qual ainda restam questões que possivelmente ainda serão abordadas pelo STF no âmbito da ADI 7324. Dessa forma, a Companhia entende que não há elementos suficientes para alteração nos valores já registrados e apresentados nestas demonstrações financeiras. Cumpre destacar que a Companhia continua acompanhando ativamente a medida judicial e eventuais desdobramentos.

11.4. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.292.047	1.456.371
IRPJ e CSLL (34%)	(439.296)	(495.166)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	187.000	141.100
Despesas indedutíveis	(1.300)	(18.743)
Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização (Selic) de débitos tributários	34.055	48.918
Outros	—	1.542
IRPJ e CSLL diferidos	(219.541)	(322.349)
Alíquota efetiva - %	17,0%	22,1%

No que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. Os valores de ações judiciais em andamento referentes à questões de imposto de renda e contribuição social estão divulgados na NE nº 22.

11.5. Reforma Tributária do consumo

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que instituiu a Reforma Tributária no âmbito da tributação sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional. Em complemento, foram sancionadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025, que estabeleceram os principais dispositivos regulamentares necessários à implementação gradual do novo modelo tributário, o qual ainda depende de regulamentações adicionais e de definições operacionais por parte das autoridades competentes.

Considerando a relevância, a complexidade e o caráter gradual da implementação da Reforma Tributária, a Companhia constituiu um grupo multidisciplinar, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação, regulatória e de negócios, com o objetivo de avaliar os impactos potenciais sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais realizados, a Administração definiu um plano de ação estruturado para a adequação às novas exigências legais e operacionais. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia iniciou e implementou as ações previstas, incluindo, entre outras, revisões de processos, atualizações e adequações de sistemas, mapeamento de impactos tributários e o fortalecimento dos controles internos relacionados à apuração dos tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias.



Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade à execução do referido plano de ação, com foco na conclusão das medidas necessárias para a adaptação às alterações que entrarão em vigor a partir de 2027, notadamente a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins e o início da incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, tendo em vista que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em evolução, com possíveis alterações legislativas, regulamentações complementares e interpretações por parte das autoridades fiscais.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo das atualizações legislativas, das regulamentações infralegais e das discussões no âmbito setorial, revisando periodicamente suas estimativas, premissas e julgamentos à luz das novas informações disponíveis. Eventuais efeitos decorrentes de mudanças futuras na legislação ou em sua interpretação serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações forem efetivamente conhecidas ou implementadas.

12. Depósitos Judiciais

	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais	80.432	79.228
Trabalhistas	67.876	63.301
Cíveis	23.461	22.211
Servidões de passagem	15.374	19.542
Consumidores	2.720	5.865
Outros	—	34
	189.863	190.181

13. Intangível

	Em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2024	11.201.945	(2.884.618)	8.317.327
Transferências de ativos de contrato (NE n.º 8)	2.303.950	(200.428)	2.103.522
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	15	—	15
Quotas de amortização - concessão (a)	(732.351)	175.489	(556.862)
Baixas	(75.644)	—	(75.644)
Em 31.12.2024	12.697.915	(2.909.557)	9.788.358
Transferências de ativos de contrato (NE n.º 8)	3.152.515	(250.967)	2.901.548
Quotas de amortização - concessão (a)	(859.874)	186.013	(673.861)
Baixas	(147.917)	—	(147.917)
Em 31.12.2025	14.842.639	(2.974.511)	11.868.128

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é 4,4%.

A Administração não identificou indicativos de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

Os saldos da concessão de distribuição se referem parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais as quais são recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.



14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	20.920	19.221
Encargos sociais	13.788	2.131
	34.708	21.352
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	11.062	12.303
Férias e 13º Salário	33.965	34.535
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	97.337	116.294
Programa de desligamentos voluntários (NE n.º 14.1)	15.483	81.284
Outros	354	19
	158.201	244.435
Circulante	192.216	265.757
Não circulante	693	30

14.1. Programa de Desligamentos Voluntários - PDV

Saldo remanescente a pagar aos empregados que deixarão a Companhia até março de 2026 em virtude da adesão aos PDV's instituídos pela Companhia em agosto de 2023 e em fevereiro de 2025.

15. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	466.199	382.918
Energia elétrica comprada para revenda	1.679.973	1.134.010
Encargos de uso da rede elétrica	258.089	275.347
	2.404.261	1.792.275

16. Empréstimos e Financiamentos

Banco	Garantias	Valor do contrato	31.12.2025	31.12.2024
Banco do Brasil	Fidejussória	750.000	751.784	751.522
Caixa Econômica Federal	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	16.984	1.916	3.831
Total moeda nacional			753.700	755.353
Dívida bruta			753.700	755.353
(-) Custo de transação			(1.176)	(1.649)
Total			752.524	753.704
Circulante			3.225	2.971
Não Circulante			749.299	750.733

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 27.3.

16.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Total
2027	375.000	(475)	374.525
2028	375.000	(226)	374.774
Longo prazo	750.000	(701)	749.299



16.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2024	375.134	375.586	750.720
Encargos e variação monetária	99.981	–	99.981
(-) Custos de transação	–	(1.661)	(1.661)
Transferências	(376.808)	376.808	–
Amortização - principal	(5.818)	–	(5.818)
Pagamento - encargos	(89.518)	–	(89.518)
Em 31.12.2024	2.971	750.733	753.704
Encargos e variação monetária	111.026	–	111.026
Transferências	1.434	(1.434)	–
Amortização - principal	(1.909)	–	(1.909)
Pagamento - encargos	(110.297)	–	(110.297)
Em 31.12.2025	3.225	749.299	752.524

16.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2025 todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

17. Debêntures

Emissão	Garantia	31.12.2025	31.12.2024
5ª	Fidejussória Copel	472.350	678.738
6ª		641.867	1.620.153
7ª		1.264.553	1.397.531
8ª		402.824	1.206.459
9ª		2.377.775	2.306.826
10ª		3.178.399	–
	Dívida bruta	8.337.768	7.209.707
	(-) Custo de transação	(111.499)	(95.504)
	(-) Ajuste a Valor Justo (a)	6.419	–
	Total	8.232.688	7.114.203
	Circulante	882.141	908.720
	Não Circulante	7.350.547	6.205.483

(a) Ajuste a valor justo da 3ª série da 10ª emissão de debêntures.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 27.3.

Em 15.07.2025, a Copel DIS efetuou a 10ª emissão de debêntures incentivadas, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em três séries, nos montantes de R\$ 1.300.000, R\$ 500.000 e R\$ 1.200.000, para pagamentos futuros relacionados aos investimentos ou reembolso de investimentos em melhoria, renovação, reforço ou ampliação de ativos de distribuição de energia elétrica em um ou mais dos projetos, conforme detalhamento constante na Escritura de Emissão. A remuneração corresponde à variação acumulada do DI + 0,43% a.a. para a primeira série, DI + 0,58% a.a. para a segunda série e IPCA + 6,9543% a.a. para a terceira série, com prazos de vencimentos de 3, 2 e 7 anos, respectivamente. Em 15.07.2025, a Copel DIS efetuou três contratos de swap de taxa de juros para a 3ª série desta 10ª emissão de debêntures, de modo que o saldo do passivo referente à esta série passou a ter remuneração atrelada à variação de DI.

O quadro a seguir apresenta o saldo de debêntures que foram objeto de hedge.



	31.12.2025
Debêntures	1.235.093
(-) Ajuste de valor justo	6.419
Debêntures a valor justo	1.241.512
Efeitos do <i>hedge</i> (swap) de valor justo	
Posição Passiva (a)	20.818
Debêntures líquidos dos efeitos do hedge	1.262.330

(a) Saldo registrado na rubrica de Outras contas a pagar (NE nº 21).

17.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Saldo da dívida	Efeitos de hedge (Swap)	Saldo da dívida + hedge
2027	685.781	(16.908)	668.873	2.762	671.635
2028	833.333	(14.225)	819.108	2.314	821.422
2029	896.854	(14.051)	882.803	2.011	884.814
2030	1.171.872	(12.311)	1.159.561	1.832	1.161.393
2031	1.161.821	(8.623)	1.153.198	3.663	1.156.861
Após 2031	2.693.275	(26.271)	2.667.004	5.996	2.673.000
Longo prazo	7.442.936	(92.389)	7.350.547	18.578	7.369.125

17.2. Mutação das debêntures

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2024	569.700	4.750.476	5.320.176
Ingressos	—	2.250.000	2.250.000
(-) Custos de transação	—	(55.223)	(55.223)
Encargos e variação monetária	746.875	53.411	800.286
Transferências	793.181	(793.181)	—
Pagamento - principal	(550.000)	—	(550.000)
Pagamento - encargos	(651.036)	—	(651.036)
Em 31.12.2024	908.720	6.205.483	7.114.203
Ingressos	—	3.000.000	3.000.000
(-) Custos de transação	—	(43.734)	(43.734)
Encargos e variação monetária	988.916	73.457	1.062.373
Transferências	1.891.078	(1.891.078)	—
Pagamento - principal	(2.184.147)	—	(2.184.147)
Pagamento - encargos	(722.426)	—	(722.426)
Ajuste a valor justo	—	6.419	6.419
Em 31.12.2025	882.141	7.350.547	8.232.688

17.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2025, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.



Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
5ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≤ 3,5 ≥ 1,5
6ª Emissão de Debêntures		
7ª Emissão de Debêntures		
8ª Emissão de Debêntures		
9ª Emissão de Debêntures		
10ª Emissão de Debêntures		

(a) Indicador calculado com os valores da demonstração financeira consolidada da Copel

18. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial para assistência médica e odontológica para seus empregados ativos e seus dependentes legais. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1. Plano de benefício previdenciário e Plano assistencial

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Definida – CD na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

O Plano IV, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Definida - CD em que a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora e também pelo empregado, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II, Prosaúde III e Prosaúde IV. A cobertura inclui exames médicos periódicos em todos os planos.

18.2. Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Planos previdenciários	3.764	191
Planos assistenciais	972.523	785.094
	976.287	785.285
Circulante	82.036	66.352
Não circulante	894.251	718.933

Os valores reconhecidos no resultado (NE n.º 25) estão resumidos a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Empregados		
Planos previdenciários	19.600	24.918
Plano assistencial - pós-emprego	91.656	91.465
Plano assistencial - funcionários ativos	41.562	52.364
	152.818	168.747
Administradores		
Planos previdenciários	240	189
Plano assistencial	24	41
	264	230
	153.082	168.977



18.3. Mutação dos benefícios pós-emprego

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2024	59.742	948.724	1.008.466
Apropriação do cálculo atuarial	—	91.465	91.465
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	73.456	—	73.456
Ganhos atuariais	—	(247.774)	(247.774)
Transferências	73.482	(73.482)	—
Amortizações	(140.328)	—	(140.328)
Em 31.12.2024	66.352	718.933	785.285
Apropriação do cálculo atuarial	—	91.656	91.656
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	58.868	—	58.868
Perdas atuariais	—	169.185	169.185
Transferências	85.523	(85.523)	—
Amortizações	(128.707)	—	(128.707)
Em 31.12.2025	82.036	894.251	976.287

18.4. Avaliação atuarial

18.4.1. Premissas Atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

	2025		2024	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	—	3,10%	—	3,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	7,57%	10,90%	7,66%	11,42%
Planos Unificado - Saldado	7,37%	10,70%	7,40%	11,15%
Planos III	7,31%	10,64%	7,36%	11,12%
Planos Assistencial	7,20%	10,52%	7,44%	11,20%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,13%	1,00%	4,54%
Plano III a.a.	1,00%	4,13%	1,00%	4,54%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,10%	—	3,30%	—
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

18.4.2. Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2025		
Participantes aposentados	12,13	21,35
Participantes pensionistas	13,35	23,00
Em 31.12.2024		
Participantes aposentados	12,13	22,17
Participantes pensionistas	13,99	24,67

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica é, respectivamente, de 68,6 e 68,17 anos.

18.4.3. Avaliação atuarial

O Plano Unificado e o Plano III apresentaram superávit em 31.12.2025. Contudo, pela legislação atual, inexistente direito da Companhia em registrar ativos em seu balanço.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.104.169	2.525.070	1.104.634	6.733.873	6.318.734
Valor justo dos ativos do plano	(3.701.016)	(2.891.397)	(132.111)	(6.724.524)	(6.256.009)
Estado de cobertura do plano	(596.847)	(366.327)	972.523	9.349	62.725
Ativo não reconhecido	596.847	366.327	—	963.174	722.368
	—	—	972.523	972.523	785.093

Os ajustes nos passivos assistenciais com base no relatório atuarial estão apresentados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

18.4.4. Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2024	3.589.357	2.284.742	1.126.410
Custo de serviço	(1.781)	(18)	5.815
Custo dos juros	292.667	188.083	95.863
Benefícios pagos	(308.503)	(199.771)	(66.862)
(Ganhos) / perdas atuariais	(525.886)	86.026	(247.408)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2024	3.045.854	2.359.062	913.818
Custo de serviço	(1.234)	1.359	5.686
Custo dos juros	327.098	251.307	100.388
Benefícios pagos	(319.416)	(215.846)	(73.412)
(Ganhos) / perdas atuariais	51.866	129.189	158.153
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2025	3.104.168	2.525.071	1.104.633

18.4.5. Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2024	4.038.073	2.334.801	118.146
Retorno esperado dos ativos	331.699	192.603	10.213
Contribuições e aportes	16.510	1.943	66.862
Benefícios pagos	(308.503)	(199.771)	(66.862)
Ganhos / (perdas) atuariais	(550.802)	270.731	366
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	3.526.977	2.600.307	128.725
Retorno esperado dos ativos	382.322	278.244	14.418
Contribuições e aportes	16.848	3.185	73.412
Benefícios pagos	(319.416)	(215.845)	(73.412)
Ganhos / (perdas) atuariais	94.285	225.506	(11.032)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2025	3.701.016	2.891.397	132.111

18.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2026 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	(15.461)	(1.112)	5.215
Custo estimado dos juros	383.027	296.270	113.688
Rendimento esperado do ativo do plano	(384.020)	(296.453)	(13.902)
Custos (receitas)	(16.454)	(1.295)	105.001

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

18.4.7. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o saldo das obrigações e do custo do serviço dos planos previdenciários e assistencial com o impacto de alterações nas premissas atuariais significativas.



	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo nas obrigações		
Obrigações dos planos previdenciários	5.414.544	5.860.595
Obrigações do plano assistencial	1.035.671	1.181.384
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Obrigações do plano assistencial	1.182.636	1.034.173
Custo do serviço do plano assistencial	5.465	4.083
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo no custo do serviço		
Custo do serviço dos planos previdenciários	416	577
Custo do serviço do plano assistencial	4.106	5.440

18.4.8. Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos nos exercícios fiscais subsequentes, estão apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2026	319.455	217.524	49.798	586.777
2027	324.301	223.024	52.911	600.236
2028	328.760	228.482	57.763	615.005
2029	332.135	233.968	63.324	629.427
2030	334.908	239.399	69.768	644.075
2031 a 2055	6.560.599	6.662.045	4.139.218	17.361.862

18.4.9. Alocação de ativos e estratégia de investimentos

O quadro a seguir apresenta a alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial ao final deste exercício e a meta para o próximo ano.

	Meta para 2026 (a)	2,025
Renda fixa	83,4%	83,4%
Renda variável	2,9%	3,3%
Empréstimos	1,3%	1,3%
Investimentos imobiliários	3,6%	3,2%
Investimentos estruturados	7,3%	7,3%
Investimentos no exterior	1,5%	1,5%
	100,0%	100,0%

(a) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta para 2026	mínimo	meta para 2026	mínimo
Renda fixa	85,6%	67,0%	79,0%	62,0%
Renda variável	1,3%	0,5%	4,0%	2,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,0%	3,0%	1,0%
Investimentos estruturados	7,0%	3,0%	10,0%	5,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	2,0%	1,0%

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

19. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	31.12.2025	31.12.2024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	—	5.678	—	5.678	4.760
MME	—	2.839	—	2.839	2.380
P&D	46.574	1.695	37.587	85.856	87.825
	46.574	10.212	37.587	94.373	94.965
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	—	19.560	—	19.560	4.322
PEE	149.126	5.124	119.743	273.993	296.064
	149.126	24.684	119.743	293.553	300.386
	195.700	34.896	157.330	387.926	395.351
			Circulante	83.811	161.074
			Não circulante	304.115	234.277

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética.

19.1. Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	Procel	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2024	4.323	2.161	23.613	137.825	319.518	487.440
Constituições	27.893	13.947	13.947	27.894	55.786	139.467
Contrato de desempenho	—	—	—	—	7.059	7.059
Atualização (NE 26)	—	—	1.495	3.830	16.105	21.430
Transferências	—	—	(4.066)	—	4.066	—
Recolhimentos	(27.456)	(13.728)	(30.667)	(9.951)	(49.116)	(130.918)
Conclusões	—	—	—	(71.773)	(57.354)	(129.127)
Em 31.12.2024	4.760	2.380	4.322	87.825	296.064	395.351
Constituições	30.743	15.371	15.371	30.743	61.486	153.714
Contrato de desempenho	—	—	—	—	10.949	10.949
Atualização (NE n.º 26)	—	—	(133)	4.518	18.860	23.245
Recolhimentos	(29.825)	(14.912)	—	(11.358)	(36.104)	(92.199)
Conclusões	—	—	—	(25.872)	(77.262)	(103.134)
Em 31.12.2025	5.678	2.839	19.560	85.856	273.993	387.926
Circulante	5.678	2.839	19.560	27.814	27.920	83.811
Não Circulante				58.042	246.073	304.115

20. Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos

20.1. Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024	Adições	Amortização	Baixas	Reclassificação	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	52.430	48.706	(5.082)	(659)	95.396	7.157	(5.957)	—	(38.715)	57.881
Veículos	73.837	45.587	(42.714)	(38.498)	38.212	17.735	(42.599)	(869)	38.498	50.977
Equipamentos	3.603	33.675	(9.807)	—	27.471	3.277	(8.172)	—	217	22.793
	129.870	127.968	(57.603)	(39.157)	161.079	28.169	(56.728)	(869)	—	131.651



20.2. Passivo de arrendamentos

20.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2024	40.083	99.138	139.221
Adições	36.862	91.106	127.968
Encargos	18.246	—	18.246
Transferências CP x LP	36.540	(36.540)	—
Pagamento - principal	(54.056)	—	(54.056)
Pagamento - encargos	(18.807)	—	(18.807)
Baixas	(16.909)	(26.427)	(43.336)
Em 31.12.2024	41.959	127.277	169.236
Adições	13.358	14.811	28.169
Encargos	17.318	—	17.318
Transferências CP x LP	42.377	(42.377)	—
Pagamento - principal	(53.304)	—	(53.304)
Pagamento - encargos	(17.318)	—	(17.318)
Baixas	(644)	—	(644)
Em 31.12.2025	43.746	99.711	143.457

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 15,55% a.a.

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como impressoras e móveis, arrendamentos de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 25.7).

20.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2027	36.986
2028	22.149
2029	8.373
2030	8.008
2031	7.728
Após 2031	70.841
Valores não descontados	154.085
Juros embutidos	(54.374)
Valores não descontados	99.711

20.3. Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	211.666	143.457
PIS/COFINS potencial	19.579	13.270

20.3.1. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	143.457	187.484	30,69%
Direito de uso de ativos	131.651	136.351	3,57%
Despesa Financeira	17.318	23.052	33,11%
Despesa de amortização	56.728	52.950	(6,66%)



Na mensuração e na remensuração do Passivo de arrendamento e do Direito de uso é utilizada a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada. Tendo em vista a imprevisibilidade das taxas de juros de longo prazo no cenário econômico brasileiro, a Companhia apresenta no quadro acima os saldos comparativos entre o registrado conforme a norma e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada.

21. Outras Contas a Pagar

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de iluminação pública arrecadada	76.373	75.288
Pagamentos/devoluções a consumidores	69.895	149.432
Cauções em garantia	13.674	13.940
Hedge (swap) de valor justo (NE nº 17)	20.819	—
Outras obrigações	41.215	41.094
	221.976	279.754
	Circulante	194.191
	Não Circulante	27.785
		273.479

22. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 3.7, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

22.1. Mutação das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2025	Resultado			Adições (Reversões) no ativo	Quitações	31.12.2025
		Adições	Reversões	Atualização			
Fiscais	11.976	7.056	(1.848)	3.250	—	(8.565)	11.869
Trabalhistas	225.872	112.658	(39.631)	36.785	—	(113.944)	221.740
Benefícios a empregados	27.019	3.808	(5.044)	—	—	(6.480)	19.303
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo	144.403	187.171	(122.053)	19.103	—	(82.296)	146.328
Serviços de passagem	21.979	—	—	—	1.169	(3.509)	19.639
Desapropriações e patrimoniais	1.917	576	(550)	—	(1.359)	(26)	558
Consumidores	904	206	(9)	216	—	(516)	801
Ambientais	3.768	2.112	(791)	—	—	(6)	5.083
	172.971	190.065	(123.403)	19.319	(190)	(86.353)	172.409
Regulatórias	7.497	4.353	(3.683)	1.669	—	(606)	9.230
Total	445.335	317.940	(173.609)	61.023	(190)	(215.948)	434.551

	Saldo em 1º.01.2024	Resultado			Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2024
		Adições	Reversões	Atualização			
Fiscais	20.758	9.644	(8.219)	(2.550)	—	(7.657)	11.976
Trabalhistas	279.446	104.099	(55.812)	8.853	—	(110.714)	225.872
Benefícios a empregados	26.122	3.314	—	—	—	(2.417)	27.019
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo	143.171	157.687	(42.964)	20.130	—	(133.621)	144.403
Serviços de passagem	16.829	—	—	—	6.378	(1.228)	21.979
Desapropriações e patrimoniais	229	36	(60)	(13)	1.750	(25)	1.917
Consumidores	2.442	160	(198)	(1.365)	—	(135)	904
Ambientais	4.049	71	(352)	—	—	—	3.768
	166.720	157.954	(43.574)	18.752	8.128	(135.009)	172.971
Regulatórias	7.014	903	(242)	211	—	(389)	7.497
Total	500.060	275.914	(107.847)	25.266	8.128	(256.186)	445.335



22.2. Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
a. Fiscais				
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	4.461	—	141.708	143.274
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	7.408	11.976	46.245	80.704
Total Fiscais	11.869	11.976	187.953	223.978
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	221.740	225.872	220.663	226.853
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	19.303	27.019	5.055	3.900
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	66.664	68.123	9.361	16.647
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	79.664	78.015	142.345	178.065
Servidões de passagem	19.637	21.513	16.265	15.107
Desapropriações e patrimoniais				
Discussão entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	559	380	826	747
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está em fase de instrução.	801	1.235	835	1.197
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	5.084	3.705	368	317
Total Cíveis	172.409	172.971	170.000	212.080
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	—	—	1.216.122	1.194.489
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	9.230	7.497	40.164	7.000
Total Regulatórias	9.230	7.497	1.256.286	1.201.489
	434.551	445.335	1.839.957	1.868.300



23. Patrimônio Líquido

23.1. Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Capital social integralizado	5.372.206	5.372.206
Número de ações	5.372.205.949	5.372.205.949

23.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Passivos atuariais	Total
Em 1º.01.2024	(163.951)
Benefícios pós-emprego	247.774
Tributos sobre os ajustes	(84.243)
Em 31.12.2024	(420)
Benefícios pós-emprego	(169.185)
Tributos sobre os ajustes	57.523
Em 31.12.2025	(112.082)

23.3. Reserva de Capital

O saldo da reserva de capital contempla os valores do Plano de Incentivos de Longo Prazo - ILP.

Em 22.04.2024 a Assembleia Geral Extraordinária da Copel aprovou o “Plano de Outorga de Ações Restritas e de Ações Restritas por Desempenho (performance shares)” que tem por objetivos: (i) alinhar a remuneração da administração e posições-chave da Companhia aos objetivos de longo prazo da Copel; (ii) atrelar parcela da remuneração à geração de valor da Companhia; (iii) fomentar cultura de meritocracia e alta performance na Companhia; e (iv) reter e atrair talentos que agreguem valor à Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Copel, assessorado pelo Comitê de Gente. Os membros do CAD são elegíveis apenas às outorgas de ações restritas e os Diretores e Empregados são elegíveis a outorgas tanto de ações restritas quanto ações restritas por desempenho.

Outorga de ações restritas (*Restricted Shares*)

No âmbito do 1º programa do plano de outorga da Copel, poderão ser entregues ações restritas em número correspondente a até 0,2% do Capital Social da Companhia. A aquisição dos direitos ocorre após o transcurso de 2 anos contados da data de outorga, observados os termos e condições previstos no plano, programas e contratos específicos, exceto se de outra forma definido pelo CAD.

As ações recebidas pelos participantes estão sujeitas a período de restrição, a contar de sua entrega, por um período definido pelo CAD, sendo o mínimo de 2 anos a participantes que sejam Conselheiros de Administração. Durante o período de restrição o participante fará jus aos proventos correspondentes as ações, bem como poderá exercer os direitos políticos da ação sem qualquer restrição. Como as ações restritas têm características muito similares às ações da Companhia negociadas no mercado, o valor justo é calculado considerando o próprio valor de mercado das ações, na data de outorga.

Outorga de ações restritas por desempenho (*Performance Shares*)

No âmbito do 2º e 4º programas do plano de outorga da Copel, poderão ser entregues ações restritas por desempenho em número correspondente a até 0,8% do Capital Social da Companhia. A aquisição dos direitos ocorre após o transcurso de 3 anos contados da data de outorga, observados os termos e condições previstos no plano, programas e contratos específicos, podendo o CAD, em caráter excepcional, estabelecer prazo maior. A totalidade ou parcela das ações recebidas pelos participantes poderá estar sujeita a período de restrição, conforme seja definido pelo CAD.

O Programa possui condição de performance vinculada ao TSR (Total Shareholder Return), uma condição de mercado que deve ser incorporada ao cálculo do valor justo dos ativos outorgados. Sendo assim, o cálculo do valor justo utiliza o modelo de Monte Carlo, de forma a incorporar as condições de performance de mercado no valor justo do ativo.



A despesa dos dois programas é reconhecida “pró rata temporis” com início (vesting) na data de assinatura dos contratos, momento em que ambas as partes chegam a um entendimento mútuo acerca dos termos e condições do acordo. O quadro abaixo apresenta o detalhamento das outorgas assinadas até a data destas demonstrações financeiras. A despesa reconhecida no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido está demonstrada na NE nº 25.3.

Ações outorgadas	Início do "vesting"	Aquisição dos direitos ("vesting date")	Restrição até	Método de cálculo do valor justo	Taxa de juros	Volatilidade	Valor justo R\$	Status
1º Programa 2024 (Restricted Shares)								
24.847	Out.2024	25.10.2025	n/a	Cotação na data de outorga	n/a	n/a	8,19	Liquidada
24.847	Out.2024	25.10.2026	n/a		n/a	n/a	8,19	Em andamento
24.847	Out.2024	25.10.2027	n/a		n/a	n/a	8,19	Em andamento
39.564	Jun.2025	30.04.2025	n/a		n/a	n/a	11,75	Liquidada
39.564	Jun.2025	30.04.2026	n/a		n/a	n/a	11,75	Em andamento
2º Programa 2024 (Performance Shares)								
288.129	Jun.2025	01.05.2027	28.10.2027	Monte Carlo	10,00% (*)	21,73% (**)	15,41	Em andamento
4º Programa 2025 (Performance Shares)								
482.668	Out.2025	02.05.2028	02.11.2028	Monte Carlo	10,00% (*)	22,46% (**)	15,91	Em andamento

(*) Taxa de juros de longo prazo - Boletim Focus, Banco Central do Brasil.

(**) Calculada pelo desvio padrão dos retornos diários, considerando o histórico do valor da ação (CPLE3), em período proporcional à expectativa de aquisição dos direitos.

Durante o ano de 2025 ocorreram liquidações de parte das ações outorgadas, mediante a entrega de ações mantidas em tesouraria pela Copel, em conformidade com o plano aprovado pela Companhia. Os valores foram registrados como AFAC e serão integralizados na próxima Assembleia Geral.

23.4. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral.

23.5. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.072.506	1.134.022
Reserva legal (5%)	(53.625)	(56.701)
	1.018.881	1.077.321
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JCP) - valor bruto	550.000	415.000
Dividendo adicional proposto	48.213	123.660
Dividendos por ação		
Dividendos por ação (em R\$)	0,00897	0,02302
Dividendos por ação (em R\$) - JCP	0,10238	0,07725

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal. O dividendo mínimo obrigatório definido no estatuto é de 25% do lucro líquido.

Em 30.04.2025 a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 123.660. O valor foi integralmente quitado em 14.10.2025.

Em 19.12.2025, o Conselho de Administração da Copel aprovou a distribuição de proventos no montante de R\$ 550.000, na forma de juros sobre capital próprio, a serem pagos em data definida na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado de 2025, da seguinte forma: dividendos intercalares, com base no resultado do primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 366.118; e, dividendos intermediários, com base na conta reserva de lucros, no valor de R\$ 183.882.



Estes valores de dividendos e JCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, foram imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2025, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, e em obediência aos indicadores regulatórios de sustentabilidade financeira do contrato de concessão da Companhia. O montante de R\$48.213 de dividendo adicional será proposto em Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre a destinação do resultado de 2025.

23.6. Lucro líquido por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	1.072.506	1.134.022
Denominador		
Média ponderada das ações ordinárias (em unidades)	5.372.205.948	5.372.205.948
Lucro líquido básico por ação atribuído à acionista controladora	0,19964	0,21109
Efeito dilutivo programa ILP	670.233	—
Lucro líquido diluído por ação atribuído à acionista controladora	0,19962	0,21109

24. Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISS	Receita líquida	
						31.12.2025	31.12.2024
Fornecimento de energia elétrica	9.117.149	(734.514)	(1.176.460)	(848.980)	—	6.357.195	6.554.157
Suprimento de energia elétrica	420.633	(15.868)	—	—	—	404.765	94.923
Disponibilidade da rede elétrica	12.785.560	(975.409)	(2.291.682)	(3.159.939)	—	6.358.530	6.520.003
Receita de construção	3.027.524	—	—	—	—	3.027.524	2.427.298
Valor justo do ativo indenizável da concessão	161.244	—	—	—	—	161.244	82.424
Resultado dos Ativos e passivos financeiros setoriais	2.587.485	(239.342)	—	—	—	2.348.143	838.280
Outras receitas operacionais	600.348	(55.532)	—	—	(7)	544.809	513.369
	28.699.943	(2.020.665)	(3.468.142)	(4.008.919)	(7)	19.202.210	17.030.454



24.1. Detalhamento da receita

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecimento de energia elétrica	7.569.430	7.982.401
Residencial	3.888.718	3.778.272
Industrial	525.208	705.332
Comercial, serviços e outras atividades	1.754.666	1.885.119
Rural	813.396	833.499
Poder público	289.652	303.941
Iluminação pública	196.857	195.188
Serviço público	100.933	281.050
Doações e subvenções	1.547.719	1.156.197
Suprimento de energia elétrica	420.633	99.686
Contratos bilaterais	9.194	20.085
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	411.439	79.601
Disponibilidade da rede elétrica	12.785.560	11.996.486
Residencial	4.387.727	4.031.222
Industrial	1.283.475	1.296.880
Comercial, serviços e outras atividades	2.255.700	2.227.426
Rural	934.146	906.835
Poder público	341.235	338.066
Iluminação pública	206.569	204.238
Serviço público	142.762	242.492
Consumidores livres	3.074.756	2.585.784
Concessionárias e geradoras	159.190	163.543
Receita de construção	3.027.524	2.427.298
Valor justo do ativo indenizável da concessão	161.244	82.424
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	2.587.485	923.725
Outras receitas operacionais	600.348	565.696
Arrendamentos e aluguéis	564.127	533.760
Renda da prestação de serviços	4.214	5.417
Outras receitas	32.007	26.519
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	28.699.943	25.233.913
(-) Pis/Pasep e Cofins	(2.020.665)	(1.793.824)
(-) ICMS	(3.468.142)	(3.323.382)
(-) Encargos setoriais (NE nº 24.3)	(4.008.919)	(3.086.253)
(-) ISS	(7)	—
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.202.210	17.030.454

Impacto da receita não faturada de fornecimento de energia e encargos de uso da rede da Copel DIS, contabilizada conforme a prática contábil apresentada na NE nº 3.8, foi de R\$ 202 em 31.12.2025 (R\$ 80.274 em 31.12.2024).

24.2. Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário é previsto no contrato de concessão da distribuidora e visa o reposicionamento das tarifas para cobertura dos custos de energia, encargos, transporte e outros financeiros – Parcela A, bem como a atualização da Parcela B, que é a receita da distribuidora para fazer frente aos custos de operação, manutenção e administração e, ainda, à remuneração do capital investido e quota de reintegração regulatória. O reajuste da Copel Distribuição ocorre em junho de cada ano.

O resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2025 da Copel DIS, homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.472 de 17.06.2025, apresentou efeito médio de 2,02% percebido pelos consumidores (0,0% em junho de 2024), aplicado às tarifas a partir de 24.06.2025. O detalhamento foi divulgado pela Companhia no Comunicado ao Mercado nº 13/25.



24.3. Encargos Setoriais

	31.12.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE Uso (NE nº 24.3.1)	3.096.891	2.416.817
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE Energia (NE nº 24.3.1)	283.350	266.512
Bandeiras tarifárias (NE nº 24.3.2)	456.982	247.021
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética – P&D e PEE (NE nº 19)	153.714	139.467
Taxa de fiscalização	17.982	16.436
	4.008.919	3.086.253

Os encargos setoriais são instituídos em lei e visam possibilitar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Os valores são regulamentados pela Aneel, incluídos na tarifa e recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia, sendo que cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

24.3.1. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem por finalidade a promoção do desenvolvimento energético no território nacional, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, incluindo o subsídio à tarifa social, às fontes incentivadas, à irrigação agrícola, entre outros. O encargo é atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pelas distribuidoras. As quotas anuais de cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio de Resoluções Homologatórias, sendo a gestão dos recursos realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em relação aos encargos extraordinários, em 09.10.2024 a Aneel publicou o Despacho nº 3.056 em que considera concluída a quitação dos empréstimos da Conta Covid e da Conta Escassez Hídrica, com a consequente interrupção do recolhimento das respectivas cotas mensais a partir de 10.10.2024.

Em 2025, permaneceram vigentes a CDE Uso e a CDE Geração Distribuída (CDE GD), sendo esta última destinada a redistribuir os custos do sistema que deixam de ser arrecadados em decorrência da compensação de energia realizada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, nos termos da Lei nº 14.300/2022.

24.3.2. Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013 vigente desde 2015, indica a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final, em função das condições para geração de energia elétrica. Em 2025 foi aplicada bandeira verde de janeiro a abril e a partir de maio os adicionais sobre a tarifa retornaram variando de bandeira amarela à vermelha - patamar 2, esta última em agosto e setembro. Em 2024 a bandeira verde prevaleceu de janeiro a junho e a partir de julho variaram de bandeira amarela à vermelha - patamar 2.



25. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (NE n.º 25.1)	8.595.124	—	—	—	8.595.124	7.308.796
Encargos de uso da rede elétrica (NE n.º 25.2)	2.689.991	—	—	—	2.689.991	2.729.154
	11.285.115	—	—	—	11.285.115	10.037.950
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (NE n.º 25.3)	394.494	—	143.866	—	538.360	636.853
Planos previdenciário e assistencial	114.103	—	38.979	—	153.082	168.977
Material	49.571	—	15.655	—	65.226	63.492
Serviços de terceiros (NE n.º 25.4)	713.372	3.763	148.166	—	865.301	719.122
Amortização	672.560	—	39.706	—	712.266	592.226
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE n.º 25.5)	—	99.365	—	144.331	243.696	243.470
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE n.º 25.7)	22.608	27.284	44.674	139.165	233.731	158.775
	1.966.708	130.412	431.046	283.496	2.811.662	2.582.915
Custo de construção (NE n.º 25.6)	3.027.524	—	—	—	3.027.524	2.427.298
	16.279.347	130.412	431.046	283.496	17.124.301	15.048.163

25.1. Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	4.127.515	4.079.561
Micro e mini geradores e recompra de clientes	2.446.037	1.726.602
Itaipu Binacional	963.340	950.389
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	406.134	320.371
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.122.180	692.641
(-) PIS/Pasep e Cofins	(470.082)	(460.768)
	8.595.124	7.308.796

25.2. Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2025	31.12.2024
Encargos de uso do sistema	2.273.269	2.249.295
Encargo de energia de reserva - EER	431.833	412.331
Encargos de transporte de Itaipu	248.815	270.190
Encargos dos serviços do sistema - ESS	5.009	74.133
(-) PIS/Pasep e Cofins	(268.935)	(276.795)
	2.689.991	2.729.154



25.3. Pessoal e administradores

	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal		
Remunerações	272.397	331.140
Encargos sociais	91.425	112.714
Auxílio alimentação e educação	55.780	65.963
Incentivos de longo prazo (NE n.º 23.3)	965	227
Programa de desligamentos voluntários (NE n.º 14.1)	12.529	13.343
	433.096	523.387
Administradores		
Honorários	2.701	1.782
Encargos sociais	1.059	657
Incentivos de longo prazo (NE n.º 23.3)	2.160	—
Outros gastos	307	71
	6.227	2.510
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	99.037	110.956
	538.360	636.853

25.4. Serviços de terceiros

	31.12.2025	31.12.2024
Manutenção do sistema elétrico	457.044	326.439
Comunicação, processamento e transmissão de dados	76.585	88.287
Manutenção de instalações	73.256	72.727
Atendimento a consumidor / call center	130.930	85.625
Leitura e entrega de faturas	60.317	60.308
Consultoria e auditoria	51.482	33.962
Outros serviços	15.687	51.774
	865.301	719.122

25.5. Perdas estimadas, provisões e reversões

	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para litígios	144.331	168.067
Perdas (reversão de perdas) de créditos esperadas		
Clientes (NE n.º 6.2)	99.537	73.139
Outros créditos	(172)	2.264
	99.365	75.403
	243.696	243.470

25.6. Custo de construção

	31.12.2025	31.12.2024
Material	1.805.130	1.465.718
Serviços de terceiros	1.027.736	748.158
Pessoal	149.149	154.520
Outros	45.509	58.902
	3.027.524	2.427.298

25.7. Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2025	31.12.2024
Perdas (ganhos) na desativação e alienação de bens	127.020	57.974
Taxa de arrecadação	27.284	33.831
Indenizações	17.555	29.128
Tributos	8.799	8.227
Propaganda e publicidade	10.618	8.815
Arrendamentos e aluguéis	23.120	9.014
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	19.335	11.786
	233.731	158.775



26. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas	216.731	208.616
Renda de aplicações financeiras	208.897	156.171
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE n.º 7.1)	55.312	44.032
Juros sobre impostos a compensar	117.509	71.942
Atualização dos depósitos judiciais	23.706	19.273
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	17.316	2.629
Outras receitas financeiras	38.498	36.780
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(34.140)	(23.412)
	643.829	516.031
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	1.114.303	824.196
Parcelamento de Tributos	29.819	32.455
Juros sobre P&D e PEE (NE n.º 19.1)	23.245	21.430
Juros sobre Passivo de arrendamentos (NE n.º 20.2)	17.318	14.065
Atualização monetária de Litígios (NE n.º 22.1)	61.023	25.266
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	39	40.616
Atualização provisão p/ destinação de créditos de PIS/Cofins (NE n.º 11.3)	64.510	43.327
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE n.º 7.1)	77.774	35.186
Ajuste a valor justo das debêntures	6.419	—
Efeito de swap sobre debêntures (NE n.º 17)	20.818	—
Outras despesas financeiras	14.423	5.410
	1.429.691	1.041.951
Resultado Financeiro	(785.862)	(525.920)



27. Instrumentos Financeiros

27.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	400.104	400.104	1.734.522	1.734.522
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	3.260	3.260	3.159	3.159
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	3.679.554	3.679.554	2.610.731	2.610.731
			4.082.918	4.082.918	4.348.412	4.348.412
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			9	9	9	9
Clientes (a)	6		3.508.602	3.508.602	3.383.464	3.383.464
Ativos financeiros setoriais (a)	7		800.926	800.926	—	—
			4.309.537	4.309.537	3.383.473	3.383.473
Total dos ativos financeiros			8.392.455	8.392.455	7.731.885	7.731.885
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Debêntures (d)	17	2	1.258.527	1.207.864	—	—
Instrumentos financeiros derivativos (e)	21	2	20.819	20.819	—	—
			1.279.346	1.228.683	—	—
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		883.990	883.990	1.077.810	1.077.810
Programa Especial de Regularização Tributária-Pert (f)	11.2		296.046	260.987	339.832	297.583
Parcelamento ICMS (f)	11.2		12.971	12.562	11.961	11.105
Fornecedores (a)	15		2.404.261	2.404.261	1.792.275	1.792.275
Empréstimos e financiamentos (f)	16		753.700	752.148	755.353	754.057
Debêntures (g)	17		7.085.660	6.962.768	7.209.707	7.032.943
			11.436.628	11.276.716	11.186.938	10.965.773
Total dos passivos financeiros			12.715.974	12.505.399	11.186.938	10.965.773

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 3.4).
- A metodologia para determinação do valor justo considera a avaliação dos fluxos de caixa contratuais futuros, descontados utilizando curvas de mercado aplicáveis a cada instrumento, refletindo as condições contratuais específicas e demais fatores de mercado vigentes na data de apuração.
- O valor justo dos contratos de swap é apurado pela diferença entre o valor presente dos fluxos futuros projetados das pontas ativa e passiva da operação, descontados com base nas curvas de mercado pertinentes, considerando as condições contratuais e demais fatores de mercado vigentes na data de apuração.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,17%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.



27.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

27.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	400.104	1.734.522
Títulos e valores mobiliários (a)	3.260	3.159
Cauções e depósitos vinculados (a)	9	9
Clientes (b)	3.508.602	3.383.464
Ativos financeiros setoriais (c)	800.926	—
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	3.679.554	2.610.731
	8.392.455	7.731.885

- (a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar seus recursos em instituições financeiras com elevado rating em escala nacional, considerando as maiores agências de classificação que atuam no País.
- (b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. A Copel DIS possui carteira extremamente pulverizada e os grandes clientes são monitorados periodicamente.
- (c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos atrelados aos Ativos e passivos financeiros setoriais e aos investimentos em infraestrutura, não recuperados por meio de tarifa de energia elétrica de distribuição.

27.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto que as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.



	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	NE n.º 16	176	30.353	78.726	859.309	—	968.564
Debêntures	NE n.º 17	196.761	—	1.806.412	5.279.503	5.910.752	13.193.428
Fornecedores		2.326.099	78.162	—	—	—	2.404.261
Pert	Selic	6.085	12.295	57.254	262.235	—	337.869
Parcelamento ICMS	Selic	6.358	714	3.323	3.093	—	13.488
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	74.529	151.687	726.138	—	—	952.354
Passivo de arrendamentos	NE n.º 20.2	6.692	13.491	61.690	81.958	135.808	299.639
		2.616.700	286.702	2.733.543	6.486.098	6.046.560	18.169.603

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs n.ºs 16.3 e 17.3, a Companhia têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

27.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial – dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia de Itaipu é repassado no próximo reajuste tarifário.

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação cambial do dólar norte-americano sobre seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera o saldo atualizado com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$5,50) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Itaipu	Alta do dólar	(147.233)	64	(36.728)	(73.520)
		(147.233)	64	(36.728)	(73.520)

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. Em 2025 a Companhia celebrou alguns contratos de derivativos para cobrir o risco de incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e segue monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado a fim de observar eventual necessidade de outras contratações.



Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,25% e IPCA – 4,00%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	3.260	399	300	200
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	9	1	1	1
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	800.926	98.113	73.585	49.057
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	3.679.554	147.182	110.387	73.591
		4.483.749	245.695	184.273	122.849
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI/Selic	(751.784)	(92.093)	(115.117)	(138.140)
Caixa Econômica Federal	Sem Risco	(1.916)	—	—	—
Debêntures (a)	Alta CDI/Selic	(5.289.461)	(647.959)	(809.949)	(971.938)
Debêntures	Alta IPCA	(3.075.544)	(123.022)	(153.777)	(184.533)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(883.990)	(108.289)	(135.361)	(162.433)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(12.971)	(1.589)	(1.986)	(2.383)
Pert	Alta Selic	(296.046)	(36.266)	(45.332)	(54.398)
		(10.311.712)	(1.009.218)	(1.261.522)	(1.513.825)

(a) Saldo contempla valores de hedge registrados na rubrica de Outras contas a pagar (NE nº 21).

27.2.4. Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2026 esteja minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

27.2.5. Risco quanto aos impactos do GSF (Generation Scaling Factor)

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.



27.2.6. Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores de qualidade que, se descumpridos, podem acarretar a extinção da concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório. A Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896/2020, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, que estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital(a)
			Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		Regime restritivo de contratos com partes relacionadas	
	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão	
	Indicadores de qualidade	no ano base	Plano de resultados
		2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
3 anos consecutivos		Caducidade da concessão	

(a) Em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for inferior à QRR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira		Indicadores de Qualidade			
	Critério	Realizado (anual)	Limites (anual)		Realizado	
			DEC	FEC	DEC	FEC
2024	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	Atingido	8,36	5,94	7,92	5,35
2025		—	8,14	5,80	7,17	4,65

Dívida Líquida: Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.

QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.

LAJIDA/EBITDA Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.

Indicadores de qualidade: Para os anos de 2022 a 2026, os limites anuais constam na Resolução Autorizativa 10.231/2021.

A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação anual dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR.

27.2.7. Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

A verificação do atendimento da totalidade do mercado considera o período compreendido pelo ano civil e a diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

No processo de compra de energia elétrica, a Copel DIS finalizou o ano com um nível de contratação de 113,6%, entretanto, considera que possui montantes de “sobrecontratação involuntária” suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

27.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.



Adicionalmente, a Companhia monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir.

	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	752.524	753.704
Debêntures (a)	8.253.506	7.114.203
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(400.104)	(1.734.522)
Dívida líquida	8.605.926	6.133.385
Patrimônio líquido	7.955.689	7.665.583
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	1,08	0,80

(a) Contempla o valor das debêntures e do Swap registrado na rubrica de Outras contas a pagar.

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 13,78% a.a (12,57% a.a. em 31.12.2024), o que equivale a 92,51% do CDI (103,44% do CDI em 2024).

28. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial, que se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante		
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - Copel	1.256	904
Entidade sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	5.101	4.760
Copel Comercialização S.A.	199	162
Bela Vista Geração de Energia S.A.	40	36
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	15	13
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	19	18
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	20	18
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	138	133
Eólicas	1.054	962
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	303	300
	8.145	7.306
Passivo circulante		
Controlador		
Companhia Paranaense de Energia - Copel	10.630	3.308
Entidade sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	10.766	8.174
	21.396	11.482

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.



	Ref.	Ativo		Passivo		Custo / Despesa	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Entidades com influência significativa							
Estado do Paraná							
Programa Energia Solidária	(a)	–	22.928	–	–	–	–
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar	(b)	–	–	247	279	(2.642)	(2.886)
BNDES - Financiamentos	(c)	–	–	–	–	–	(57)
Entidades sob controle comum							
Energia elétrica comprada para revenda							
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)		–	–	7.409	5.059	(58.637)	(45.943)
Bela Vista Geração de Energia S.A.		–	–	195	185	(1.651)	(1.579)
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)		–	–	2.665	2.424	(23.783)	(22.694)
Pessoal chave da administração							
Honorários e encargos sociais (NE nº 25.3)		–	–	–	–	(6.227)	(2.510)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18.3)		–	–	–	–	(264)	(230)
Outras partes relacionadas							
Fundação Copel							
Aluguel de imóveis administrativos		–	–	61.733	61.665	(5.910)	(5.558)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18.3)		–	–	976.287	785.285	–	–
Lactec	(d)	–	–	187	463	(1.200)	(663)

- O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.
- O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.
- O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel DIS na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 16 e 17.

29. Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Contratos de compra e transporte de energia	79.365.512	79.244.637
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.049.915	2.435.097



30. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	24.08.2026	858.047
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000
Garantia Judicial	30.06.2027	10.516
Garantia Judicial	19.12.2028	10.118
Garantia Judicial	28.01.2028	9.079
Garantia Judicial	21.05.2027	8.102
Garantia Judicial	27.06.2027	7.834
Garantia Judicial	24.01.2027	7.743
Garantia Judicial	10.12.2026	7.521

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como seguro de riscos diversos. Adicionalmente, a Copel possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

31. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

31.1. Transações que não envolvem caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Adições dos ativos de contrato (a)	221.777	173.709
Adições de direito de uso de ativos (b)	28.169	127.968
	249.946	301.677

(a) Correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

(b) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos - NE nº 20.2.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

32. Eventos subsequentes

32.1. Emissão de debêntures e nota comercial

Em 19.01.2026, a Copel DIS efetuou a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única no montante de R\$ 550.000, para reforço de caixa conforme detalhamento constante no Termo de Emissão. A remuneração corresponde à variação do DI + 0,30% a.a., com prazo de vencimento de 45 dias. Em 29.01.2026 a Copel DIS efetuou a quitação antecipada desta emissão.

Em 27.01.2026, a Copel DIS efetuou 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única no montante de R\$ R\$ 2.000.000, para investimentos ou reembolso de investimentos em melhoria, renovação, reforço ou ampliação de ativos de distribuição de energia elétrica, conforme detalhamento constante na Escritura de Emissão. A remuneração corresponde à variação do IPCA + 7,1841% a.a., com prazo de vencimento de 12 anos. A Copel DIS efetuou contratos de swap de taxa de juros para esta emissão de debêntures de modo que o saldo do passivo referente à esta série passou a ter remuneração atrelada à variação de DI.



Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

MARCO ANTÔNIO VILLELA DE ABREU
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

JÚLIO SHIGEAKI OMORI
Diretor Comercial
Copel Distribuição S.A.

YURI MÜLLER LEDRA
Diretor Jurídico e de Compliance
Copel Distribuição S.A.

KARINE MATSUNAGA LOPES TORRES
Diretora de Operação e Manutenção
Copel Distribuição S.A.

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Regulação e Mercado
Copel Distribuição S.A.

NIVIA MARA LUBAS
Contadora CRC-PR-034835/O-4



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, no que se refere à elaboração e à submissão do orçamento de capital à deliberação da Assembleia Geral, apresenta-se, a seguir, a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026, a ser apreciada na Assembleia Geral a realizar-se em abril de 2026.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ Mil
Distribuição	1.942.764
TOTAL	1.942.764

FONTES DE RECURSOS	R\$ Mil
Recursos de Terceiros/Geração própria	1.338.213
Retenção de Lucros	604.551
TOTAL	1.942.764



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício de 2025, e as correspondentes notas explicativas, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025 e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2025, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025, e o Orçamento de Capital para o exercício de 2026, deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

SÉRGIO HENRIQUE DA FONSECA

FILIPE BORDALO DI LUCCIO



RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- (I) ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- (II) no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;
- (III) no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;
- (IV) no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;
- (V) o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;
- (VI) o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e
- (VII) é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Este Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatório anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, 09 (nove) vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, o qual observa a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2025, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2025 abordou 16 temas principais, somando 85 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).



Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se elas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) reuniões realizadas, suas atividades, resultados, conclusões e recomendações feitas ao Conselho de Administração, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, registrando as não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras (“Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário”). O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de dois anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.



O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, nove vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, o qual observa a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2025, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2025 abordou 16 temas principais, somando 85 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se elas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) reuniões realizadas, suas atividades, resultados, conclusões e recomendações feitas ao Conselho de Administração, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, registrando as não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras (“Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário”).

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley* – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.



Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Na alteração Estatutária de 22.08.2025, aprovada pela 212ª AGE, trouxe ajustes decorrentes da migração da Companhia ao Novo Mercado da B3, concluída em dezembro do mesmo ano. Dentre os principais ajustes atinentes ao Comitê de Auditoria Estatutário, a composição do órgão foi fixada em 03 (três) membros, o número de as reuniões ordinárias foi definido como 09 (nove) anuais, com a possibilidade de extraordinárias, e foram inseridas as atribuições estabelecidas ao Comitê.

Em 2025, o Comitê teve a seguinte composição: (i) eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo); (ii) eleita para o mandato 2025/2027: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Coordenador), Pedro Franco Sales (como membro) e Carlos Biedermann (como membro externo e especialista financeiro). Todos os membros do CAE são independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário, em sua 226ª Reunião, realizada em 06.11.2020, o CAE designou como Assessor do Comitê o profissional Adilson Dvulathca (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2025

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

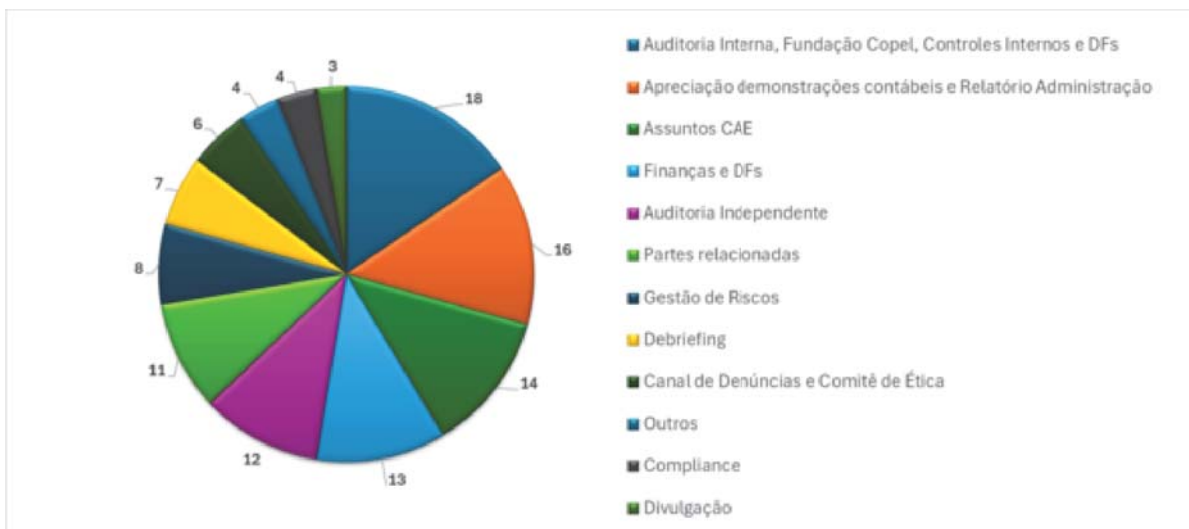
As pautas das reuniões realizadas em 2025 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, foram realizadas 15 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 115 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2025 pode ser observado no gráfico abaixo:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2025, foram contempladas, em reuniões do CAE, 12 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2025; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2025.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2025, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2025; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2024 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2026, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.



Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2025, foram tratadas 10 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINTE 2024; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2025; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx.

Na 322ª Reunião, de 09.12.2025, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito do convênio assistencial e atualização dos trabalhos da Fundação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 316ª Reunião, de 17.06.2025, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à *Sarbanes-Oxley*.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), e com a Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS



No decorrer de 2025, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 8 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa periodicamente, em pauta específica, riscos estratégicos da Companhia. Como exemplo, em 2025 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Comercialização de Energia, Contencioso e Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas).

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de 2025, foram tratadas 11 pautas sobre transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. O Comitê tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a Administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas e a Política de Gestão de Riscos.”

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *briefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além da Agenda Temática para 2026.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reportou suas atividades em 2025 mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES



Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Vice-Presidências e Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre de as Superintendências, por meio de suas Vice-Presidências ou Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

• **Diretoria de Governança, Risco e Compliance**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram a proposta de atualização da Política de Integridade e emitiram recomendações, inclusive quanto ao recebimento de brindes, presentes e hospitalidades.

Adicionalmente, por ocasião do reporte do Comitê de Ética e acompanhamento do Canal de Denúncias, o CAE recomendou à administração acompanhamento do tema administração predial e gestão de frotas, entre outras, com análise de fragilidades e os riscos relacionados.

Por ocasião da apresentação do portfólio de riscos do 2º trimestre de 2025, o CAE opinou sobre a classificação de riscos específicos. Já na ocasião em que o portfólio do 4º trimestre foi apresentado, o CAE solicitou unificação de riscos específicos e sua reclassificação. Solicitou, adicionalmente, reporte sobre a interface de gestão de riscos e o planejamento estratégico da Companhia.

Ao longo do exercício, por meio dos reportes periódicos, o CAE acompanhou e discutiu os riscos estratégicos para Companhia. Entre os mais de 40 riscos analisados, destacam-se temas relevantes como Barragens, Cibersegurança, Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas), Contencioso e Comercialização de Energia.

• **Auditoria Interna**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna, a metodologia utilizada para elaboração e os trabalhos propostos. Recomendaram análise quanto a suficiência do investimento destinado à capacitação da equipe de Auditoria Interna para o exercício de 2026.

No âmbito do processo de avaliação da Auditoria Interna, os membros do CAE fizeram recomendações quanto a forma de operacionalização do processo, bem como na escala de avaliação apresentada.

• **Riscos Temáticos – Resíduo PCB**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram a o risco relacionado à Resíduos PCB - (Bifenilas Policloradas). Após apresentação da Copel Distribuição S.A. acerca das iniciativas realizadas pela Companhia, o CAE e reforçou a necessidade de manutenção das ações, com vistas à completa eliminação do resíduo, bem como recomendou a continuidade dos reportes ao Comitê ao longo do exercício de 2026 sobre o tema.

Cibersegurança

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário, por ocasião do monitoramento da exposição da Companhia aos riscos relacionados à cibersegurança, analisaram os planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos.

Como destaque, o CAE avaliou e fez recomendações para a proposta de alteração da Política de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética, em sua reunião realizada em outubro.

O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

• **SOx – Controles Internos**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário discutiram com a auditoria externa, Price waterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PWC, durante suas interações, os procedimentos de Auditoria Externa, na qual foram abordados, entre outros, o Status da frente de trabalho SOx/ICFR, oportunidade em que o CAE apresentou suas considerações.



O CAE monitora a metodologia adotada para a análise dos controles internos, bem como, a administração da Companhia em relação à sua responsabilidade pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

- **Reforma Tributária**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário receberam informações da administração da Companhia sobre a implantação da Reforma Tributária do Consumo no âmbito das empresas do Grupo Copel. Foram detalhadas as ações de curto e médio prazos, estratégias e impactos.

O CAE fez considerações e recomendou que o assunto retorne periodicamente ao Comitê, inclusive no exercício de 2026.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Coordenador

PEDRO FRANCO SALES

Membro

CARLOS BIEDERMANN

Membro Externo e especialista financeiro



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A. – Copel DIS, companhia aberta, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 80/2022, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Copel DIS do exercício findo em 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel DIS, relativas ao exercício findo em 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

(assinado eletronicamente)

MARCO ANTÔNIO VILLELA DE ABREU
Diretor Geral

Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor de Finanças e de Relações
com Investidores

Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

JÚLIO SHIGEAKI OMORI
Diretor Comercial
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

YURI MÜLLER LEDRA
Diretor Jurídico e de Compliance
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

KARINE MATSUNAGA LOPES TORRES
Diretora de Operação e Manutenção
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Regulação e Mercado
Copel Distribuição S.A.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Copel Distribuição S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

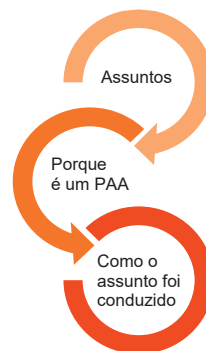
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Copel Distribuição S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisões para litígios e passivos contingentes (Notas 3.7 e 22)</p> <p>A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista, para os quais a administração registra uma provisão no balanço patrimonial, nos casos em que considera que perdas são prováveis, e divulga os montantes daqueles processos cujas expectativas de perda foram avaliadas como risco possível. As estimativas de perdas dos processos em andamento, envolvem julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, que dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode apresentar desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências também podem trazer alterações nas estimativas da administração.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e dos julgamentos adotados pela administração da Companhia.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração, relacionados com a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e dos passivos contingentes. Obtenção das confirmações diretamente de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. Análise das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências durante o exercício, a fim de identificar a movimentação das principais causas. Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Consideramos que os julgamentos e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para litígios, bem como as divulgações efetuadas sobre os passivos contingentes, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

Reconhecimento de receita de energia fornecida e disponibilizada, mas não faturada (Notas 3.8, 6 e 24)

A receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica do segmento de distribuição é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. A Companhia realiza a leitura do consumo de seus clientes do segmento de distribuição com base em uma rotina que depende da calendarização e da rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor com base no último faturamento. Essa

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros aspectos, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante das receitas de fornecimento e da disponibilidade de energia, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

- Avaliamos a adequação e consistência do método utilizado pela administração, e



Copel Distribuição S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>parcela, em 31 de dezembro de 2025, totalizava R\$ 934.124 mil.</p> <p>O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como o volume de consumo de energia de fornecimento e de disponibilidade registrados no mês, bem como os métodos e principais premissas utilizados para estimar as receitas não faturadas.</p> <p>Devido à complexidade dos dados e premissas utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na mensuração da receita não faturada, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>comparamos a receita real subsequente com as estimativas históricas da Administração.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das principais premissas e dos dados utilizados na determinação da estimativa de receita não faturada, considerando a capacidade da administração de estimar a receita não faturada com precisão. • Recalculamos o montante da receita não faturada de forma analítica por transação considerando classe de consumo e tarifas definidas, comparando-o com os valores apurados pela administração. • Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa da receita não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidas.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Copel Distribuição S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Copel Distribuição S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Guilherme Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle/54199158634
CPF: 54199158634
Signed: 26 de fevereiro de 2026 15:45 BRT
O: KCP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC_SignatureID_Multiss

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

